PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

II PLANO DE FOMENTO

PARA 1968-1973

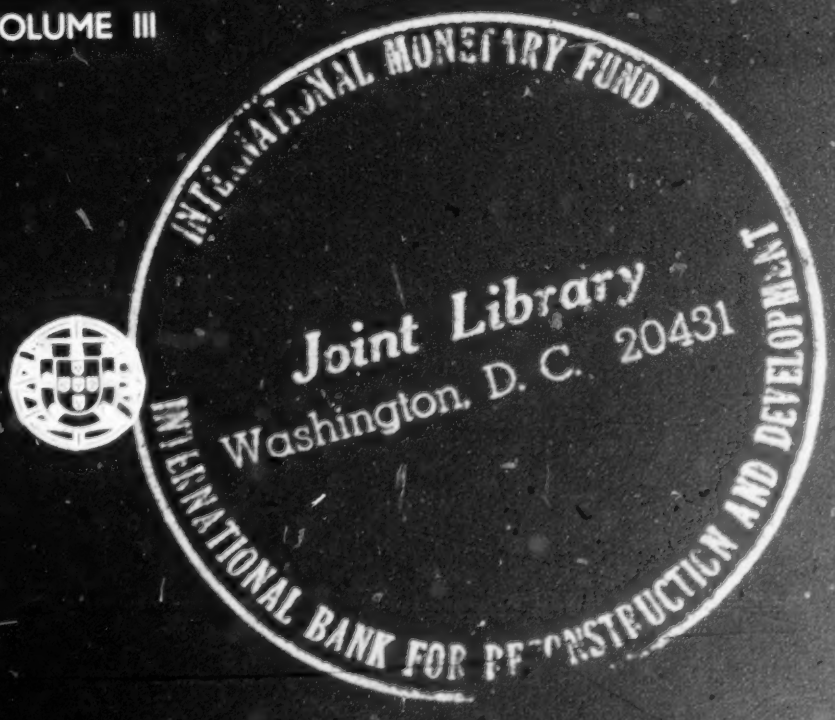
VOLUME III

Portugal. PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

III PLANO DE FOMENTO

PARA 1968-1973

VOLUME III



IMPRENSA NACIONAL DE LISBOA
1968

92946

5X
338.91
P833p
1968/1973
v.3
c.2

PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS

I

CABO VERDE

CAPITULO I

Caracterização sumária da economia. Evolução recente, situação actual e perspectivas

1. Caracterização geral da economia

1. A economia da província de Cabo Verde caracteriza-se pela confluência de um complexo de factores particularmente desfavoráveis ao seu desenvolvimento, que os elementos positivos que nela se podem identificar não puderam até agora compensar de forma relevante.

2. Assim, à escassez de recursos do subsolo e de possibilidades de aproveitamento hidroeléctrico aliam-se condições climatéricas, hidrológicas e fisiológicas limitativas de uma exploração agro-pecuária satisfatória, uma extensão territorial que, já de si restrita — 4033,4 km² —, ainda se reparte por dez ilhas e cinco ilhéus e, finalmente, uma evolução demográfica definida por ritmos de crescimento da ordem dos 3 por cento anuais.

3. Por seu lado, os factores positivos sobre os quais se poderá assentar o futuro progresso económico do arquipélago, por sua natureza, só muito recentemente se evidenciaram como susceptíveis de aproveitamento efectivo e rentável. Clima propício ao turismo e localização excepcional com referência aos pesqueiros do Atlântico Sul, constituem, com efeito, elementos que durante muito tempo não se apresentavam como valorizáveis, mas que hoje atingiram relevância suficiente para ser possível contar com eles como fulcros do esforço, a programar e a realizar, do desenvolvimento económico-social do arquipélago.

2. Evolução demográfica

4. A população de Cabo Verde, que no passado se caracterizara por acentuadas oscilações, começou, a par-

tir de 1955, a seguir uma linha de crescimento ininterrupto e muito rápido.

Esta evolução traduz a combinação de taxas de natalidade elevadas e relativamente estáveis — 47,6 por mil no decénio de 1951–1960 —, de taxas de mortalidade ràpidamente decrescentes — 14,9 por mil naquele decénio em confronto com 24 por mil no decénio de 1931–1940 — e de fluxos migratórios irregulares, tendencialmente pendulares e de pouco significado quantitativo.

5. Projecções demográficas baseadas em hipótese, não considerando os movimentos migratórios de difícil definição, indicam, para o ano término do III Plano de Fomento, efectivos oscilando entre 252 700 e 299 200 habitantes.

6. Do ponto de vista estrutural, caracteriza-se a população de Cabo Verde por uma pirâmide demográfica jovem e pela tendência para o restabelecimento de taxas de masculinidade equilibradas.

3. Evolução do produto, rendimento e despesa internos

7. Os valores do rendimento nacional estimados para Cabo Verde são relativamente modestos (a preços constantes: 230 600 contos em 1953 e 346 300 contos em 1962). No entanto, não deixa de ser animador verificar-se que a província se vem libertando da situação que os dados do rendimento nacional podem denunciar. Deve fazer-se, aliás, referência à dualidade económica de Cabo Verde, que se caracteriza ainda por um forte predomínio de economia de subsistência, cujos fluxos absorvem, em média, à volta de 50 por cento do rendimento provincial. Se a evolução do grau de monetarização da economia de Cabo Verde tem sido pouco significativa, é possível que o fraco teor da elevação se deva a um acréscimo na produção autoconsumida, o que traduz igualmente melhoria na situação económica das populações.

8. A despesa de consumo privado engloba as despesas de consumo das famílias e as dos organismos privados sem fins lucrativos, aquelas participando, em média, com cerca de 98,3 por cento do total e estas com a percentagem diminuta de 1,7 por cento, o que aponta a pouca importância directa que o sector associativo tem no circuito económico monetário da província.

A importância relativa das principais componentes da despesa de consumo das famílias pode observar-se no quadro a seguir.

Componentes	Percentagens		
	1953	1962	1963
Géneros alimentícios	49,7	51,8	55,3
Bebidas	2,8	4,1	4,6
Tabacos	1,1	1,2	1,1
Artigos de vestuário e outros objectos de uso pessoal	18,7	13,2	10,2
Renda e consumo de água	11	11,1	11
Mobiliário e artigos domésticos	2,7	2,6	2,3
Transportes e comunicações	6	5,9	5,4
Distracções e divertimentos	2,3	2,4	1,6
Serviços	2	1,9	2,6
Outras	3,7	5,8	5,9
Despesa de consumo das famílias	100	100	100

Por sua vez, a despesa de consumo dos organismos privados sem fins lucrativos apresenta, ao longo do período, um movimento de tendência ascensional, com uma paragem em 1956 e um valor anómalo em 1960.

9. Verifica-se que, entre 1953 e 1963, apenas as componentes do produto interno bruto «Comércio por grosso e a retalho», «Administração pública e defesa», «Serviços» e «Indústrias manufactureiras» melhoraram a sua participação relativa, tendo as restantes enfraquecido e sendo notável o retrocesso acusado pela «Agricultura, silvicultura, caça e pesca».

Ramos de actividade	Percentagens		
	1953	1962	1963
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	17,6	12,4	11,9
Indústrias extractivas	1,2	1	1,1
Indústrias manufactureiras	1,7	2,3	2,2
Construção	0,8	0,5	0,9
Electricidade, gás e água	0,5	0,3	0,4
Transportes, entrepostos e comunicações	3,9	2,3	2,5
Comércio por grosso e a retalho	48,8	53,6	51,4
Bancos, seguros e transacções sobre imobiliários	1,7	1,5	1,4
Propriedade de casas de habitação	0,2	0,2	0,3
Administração pública e defesa	11,8	12,9	15,4
Serviços	11,8	13	12,5
Produto interno bruto aos preços do mercado	100	100	100

Em relação aos valores absolutos, a evolução foi diferente, pois de 1953 para 1963 apenas duas componentes, «Agricultura» e «Transportes, entrepostos e comunicações», apresentaram valores inferiores, tendo aumentado os de todas as outras. É o que se pode observar no quadro seguinte:

Ramos de actividade	Preços constantes — Milhares de contos		
	1953	1962	1963 (a)
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	47,1	48,6	42,7
Indústrias extractivas	3,1	3,8	4,1
Indústrias manufactureiras	4,6	9,2	8
Construção	2,2	1,9	3,2
Electricidade, gás e água	1,3	1,2	1,3
Transportes, entrepostos e comunicações	10,3	8,9	9
Comércio por grosso e a retalho	130,5	209,7	184,2
Bancos, seguros e transacções sobre imobiliários	4,5	5,7	5,1
Propriedade de casas de habitação	0,5	0,9	0,9
Administração pública e defesa	31,6	50,4	55,2
Serviços	31,7	50,9	44,7
Produto interno bruto aos preços do mercado	267,4	391,2	358,4
Menos: impostos indirectos menos subsídios	19,8	30,6	36,1
Produto interno bruto ao custo dos factores	247,6	360,6	322,3

(a) A preços correntes.

10. Os valores da despesa imputada ao produto nacional bruto mostram uma evolução que não deixa de apresentar flagrante similitude com a do produto interno e especialmente do rendimento nacional.

	Preços constantes — Milhares de contos			
	1953	1960	1962	1963
Só com fluxos monetários	259,6	396	388,8	(a) 358
Com inclusão de fluxos não monetários	531	696	686,1	670,5

(a) A preços correntes.

A despesa imputada aos fluxos monetários representa, pois, em média, mais de 50 por cento do produto nacional bruto global.

Na participação percentual das várias componentes do produto nacional bruto, a despesa de consumo privado figura em lugar primacial, sendo de referir também o acréscimo do saldo negativo da balança comercial.

Componentes	Percentagens		
	1953	1962	1963
Despesa de consumo privado	108,4	97,7	110,2
Despesa de consumo do Estado	17,9	18	21,8
Quantitativo bruto da formação de capital fixo	5,9	25	17,6
Aumento de existências . . .	x	x	x
Exportação de bens e serviços	142,4	57,5	60,1
Menos: Importação de bens e serviços	— 171,6	— 97,6	— 109,6
Rendimento líquido de factores recebido do exterior . . .	— 3	— 0,6	— 0,1
Despesa imputada ao produto nacional bruto aos preços de mercado	100	100	100

11. A percentagem da formação bruta de capital fixo interior em relação à despesa nacional, além de ser muito elevada, o que reflecte a extensão da assistência financeira dada pela Administração Central, evidenciou uma tendência crescente, tendo o seu ponto mais alto em 1961 e acusando, para além da recessão a partir daquele ano, um anterior ligeiro recuo em 1957.

Percentagem	1953	1957	1961	1962	1963
Percentagem da formação bruta de capital fixo interior em relação à despesa nacional (despesa imputada ao produto nacional bruto	5,9	13,9	32,1	25	17,6

No decurso do decénio de 1953–1962, a formação bruta de capital fixo, a preços constantes, subiu de 15 300 contos em 1953 para 97 100 contos em 1962, tendo, porém, nos anos de 1960 e 1961, apresentado quantitativos superiores àquele, respectivamente de 120 400 e 126 300 contos (em 1963, a preços correntes, foi apenas de 62 900 contos).

4. Relações económicas com o exterior

12. A característica mais saliente do comércio externo da província reside no aumento constante das importações, mantendo-se, em contrapartida, as exportações pràticamente estacionárias.

Anos	Importação	Índice — 1953 = 100	Exportação	Índice — 1953 = 100
1953	76 836	100	21 715	100
1954	87 701	114,1	38 526	177,4
1955	103 916	135,2	22 536	103,8
1956	104 779	136,4	29 229	134,6
1957	151 303	196,9	23 708	109,2
1958	119 901	156	20 904	96,3
1959	132 231	172,1	42 282	194,7
1960	186 662	242,9	18 304	84,3
1961	185 517	241,4	27 809	128,1
1962	197 185	256,6	22 190	102,2
1963	170 242	221,6	24 116	111,1
1964	200 718	261,2	27 536	126,8
1965	228 283	297,1	27 961	128,8

Quanto aos preços unitários da importação verifica-se também uma descida em todos os mais representativos, excepto no que se refere ao milho em grão, farinha de trigo, arroz e automóveis.

O índice das relações de trocas tem-se mantido com ligeiras flutuações, salvo de 1958 a 1961, revelando, no entanto, valores quase sempre superiores a 100.

Não se verificou, pois, depreciação nas relações de trocas.

	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Exportação (1)	100	151,5	103	106,1	87,9	203	178,8	166,7	93,9	84,8	81,8	87,9	69,7
Importação (2)	100	102,1	94,3	79,7	124,8	73,4	68,6	53,3	46,1	86,2	75,3	71,5	74,6
(1) : (2) = 100	100	148,4	109,2	133,1	70,4	276,6	260,6	312,8	203,7	98,4	108,6	122,9	93,4

13. As principais mercadorias importadas em 1965 são as que se incluem na rubrica «Matérias têxteis e respectivas obras» (13,6 por cento), o açúcar (6,2 por cento), o milho em grão (7,9 por cento), os automóveis (3,3 por cento), o vinho e cerveja (3,7 por cento), o arroz (3,4 por cento), a farinha de trigo (4,8 por cento), seguindo-se o cimento, o petróleo e o feijão. O aumento das compras de milho, feijão, arroz e farinha de trigo reflecte a crescente debilidade relativa da produção interna, em face do crescimento demográfico verificado.

As principais mercadorias exportadas em 1965 foram peixe e derivados (32,2 por cento), sal comum (98 por cento), bananas verdes (12,1 por cento), água à navegação (10,5 por cento) e pozolanas (4,5 por cento), seguindo-se-lhes o café, peles e couros, amendoim, purgueira e rícino, que, em conjunto, participaram com 13,5 por cento.

14. A repartição geográfica dos mercados fornecedores e consumidores externos revela sensíveis modificações ao longo do período em observação. Dadas certas alterações introduzidas na apresentação estatística do comércio externo da província, torna-se conveniente analisar em especial o período posterior a 1960. Com efeito, a partir desse ano, as importações de óleos combustíveis para fornecimento à navegação e os respectivos fornecimentos passaram a ser contados na rubrica «Trânsito».

Comércio especial

	Percentagens				
	1961	1962	1963	1964	1965
Importações	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*
Metrópole	44,4	58,9	55,3	52,6	52,2
Ultramar	25	19,4	19	19,1	19,9
Estrangeiro	22,1	19	23,7	26,7	26,2
Origens ignoradas	8,5	2,7	2	1,6	1,7
Exportações	*100*	*100*	*100*	*100*	*100*
Metrópole	67,3	44,4	48,2	63,2	54,5
Ultramar	7	7,5	16,3	10,8	15,3
Estrangeiro	17,7	38,3	26,5	16,9	17,5
Fornecimentos à navegação	8	9,8	9	9,1	12,7

Pode ainda apontar-se, como conclusão da análise do período anterior a 1961, que a metrópole foi ganhando, no conjunto dos mercados fornecedores de Cabo Verde, uma posição cada vez mais relevante.

O índice de crescimento das importações provenientes do restante ultramar (principalmente de Angola) é maior, ao passo que o índice referente às importações do estrangeiro baixou sensìvelmente. Isto quer dizer que os territórios nacionais vêm ocupando uma posição relativa cada vez mais importante.

Nos anos de 1963 a 1965 a posição da metrópole desceu ligeiramente. A posição do ultramar desceu de 1961 para 1962, mantendo-se estacionária a partir daquela data, enquanto o estrangeiro melhorou, ainda que ligeiramente, a sua posição em 1965; a posição relativa dos sectores foi a seguinte: metrópole, 52,2 por cento; ultramar, 19,9 por cento, e estrangeiro, 26,2 por cento.

Quanto à repartição geográfica das exportações cabo-verdianas, as tendências verificadas não são paralelas às registadas para as importações. A posição relativa das exportações para a metrópole em relação ao total oscilou entre 67,3 por cento em 1961 e 54,5 por cento em 1965. A posição relativa do ultramar subiu de 7 por cento em 1961 para 15,3 por cento em 1965. A do estrangeiro variou entre 38,3 por cento em 1962 e 17,5 por cento em 1965.

No que diz respeito aos produtos importados em 1965, a metrópole forneceu 90 por cento dos fios e tecidos, 80,9 por cento da madeira em obra, 83,1 por cento dos medicamentos e a totalidade dos vinhos comuns e azeite, e ainda 19,5 por cento dos automóveis.

O ultramar realizou os fornecimentos de milho (98,9 por cento), açúcar (93,6 por cento) e feijão (81,6 por cento), por intermédio de Angola. Esta província forneceu ainda 20 por cento do arroz.

No que respeita à importação de produtos estrangeiros há a salientar as vendas de automóveis pelo Reino Unido (32,3 por cento) e os fornecimentos de farinha de trigo pelos Estados Unidos da América (44,6 por cento) e Canadá (33,7 por cento).

As principais produções exportadas, também em 1965, para a metrópole foram peixe e derivados (45 por cento), bananas, café em grão (82,8 por cento) e sal comum (71,4 por cento).

Para o ultramar, a província exportou as pozolanas para Moçambique (45,7 por cento) e carne de gado bovino para a Guiné (53 por cento).

O estrangeiro comprou derivados da pesca, nomeadamente os Estados Unidos e a Itália, abrangendo ambos

cerca de 48 por cento do total do produto, e ainda sal comum, que se destinou à República do Congo (14,7 por cento).

Caracteriza-se, pois, a exportação cabo-verdiana por uma acentuada concentração geográfica e por produtos.

15. O movimento do Fundo Cambial de 1959 a 1964 foi o que segue.

Anos	Contos					
	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Valores entrados	88 162	137 014	128 194	147 458	120 700	215 588
Valores saídos	82 484	113 343	147 185	141 899	114 100	196 054
Saldos simples	+ 5 678	+ 23 671	— 18 991	+ 5 559	+ 6 600	+ 19 534

As entradas e saídas de cambiais referem-se em grande medida a movimentos de escudos metropolitanos, dizendo respeito a empréstimos da metrópole, aos respectivos encargos de amortização e às transferências pessoais. O saldo favorável de 1964 deve-se, contudo, à entrada de cerca de 20 000 contos em dólares (Estados Unidos da América) e libras (Reino Unido e antiga Federação da Rodésia e Niassalândia).

Dos movimentos de invisíveis, sabe-se que, nos anos de 1954–1963, os vales emitidos nas províncias ultramarinas de África e pagos em Cabo Verde somaram 1838 contos.

As cartas com valores declarados provenientes das províncias ultramarinas de África e recebidas em Cabo Verde registaram a importância total, naqueles dez anos, de 1320 contos.

Outra informação disponível refere-se aos salários enviados por migrantes cabo-verdianos em outros territórios nacionais. De 1951 a 1963 foram enviados 33 578 contos.

A situação relativamente satisfatória da província, quanto à sua capacidade de importação, baseia-se, fundamentalmente, nos meios de pagamento exteriores facultados pelos empréstimos metropolitanos.

5. Potencialidades da economia da província a desenvolver

16. A actividade mais relevante, no quadro presente da sua economia — a agricultura —, não se oferecem perspectivas muito favoráveis de desenvolvimento. Com efeito, as condições climáticas, hidrológicas e fisiológicas do arquipélago tornam difíceis e incertas as culturas de sequeiro. Por outro lado, são muito limitadas, em área, as possibilidades de culturas de regadio, envolvendo, aliás, investimentos vultosos, como as realizações no âmbito dos planos de fomento anteriores têm demonstrado.

Em tais condições, a expansão do produto sectorial só pode ser alcançada através de um aproveitamento intensivo das áreas regadas, o que significa a necessidade de reconversão, para produtos mais ricos destinados a mercados externos, da gama tradicional da produção cabo-verdiana. Esta reconversão envolve processo inevitàvelmente prolongado, no qual as acções de extensão agrária e de formação de apoio técnico prevalecerão, com certeza, sobre os investimentos financeiros.

Não se poderá, pois, esperar que, a curto ou médio prazo, seja possível acelerar acentuadamente o crescimento do produto da agricultura de Cabo Verde.

17. Por outro lado, a escassez dos recursos do subsolo e as dimensões restritas do mercado interno limitam consideràvelmente as possibilidades de desenvolvimento industrial.

18. O quadro seria pessimista se não fosse possível indicar dois factores que, aliados à laboriosidade, à adaptabilidade a novos hábitos e técnicas e ao nível cultural da população cabo-verdiana, permitem encarar com confiança o futuro económico da província.

Tais factores são:

1.º Os recursos piscatórios das águas do arquipélago e, de um modo geral, do Atlântico Sul;
2.º As excelentes condições para o desenvolvimento turístico do arquipélago.

19. A localização particularmente favorável de Cabo Verde em relação aos pesqueiros do Atlântico Sul permite considerar como modalidade do seu aproveitamento, em favor da economia da província, o fornecimento de apoio logístico a frotas estrangeiras, como vem já sendo feito, e, por outro lado, o desenvolvimento por empresas nacionais de complexos integrados de capturas, de congelação e de industrialização do pescado com destino aos mercados internacionais, desenvolvimento este que já foi iniciado.

20. Quanto ao turismo, a verificação de condições de clima particularmente favoráveis para um turismo que procura o sol, a calma e as actividades náuticas, em ambientes exóticos, não exclui o reconhecimento de que a sua valorização exigirá a concretização de empreendimentos dimensionados em função de vultosos fluxos turísticos, o que só é viável através da participação efectiva de interesses estrangeiros, em colaboração com capitais e empresas nacionais.

Trata-se, pois, de um campo de acção do qual é lícito esperar resultados favoráveis, mas que exigirá acção ponderada e coordenada de atracção, não directamente de massas turísticas, mas sim indirectamente de organizações estrangeiras de viagens e turismo, aproveitando a procura constante de novos ambientes em áreas ainda não saturadas de turismo.

21. Será, por conseguinte, na base de uma agricultura mais intensiva e virada para mercados externos, num moderado desenvolvimento industrial nas modalidades de

transformação de produtos agrícolas e industriais para consumo local e, muito em especial, no aproveitamento decisivo das potencialidades do arquipélago em matéria de pesca e de turismo que é possível programar, com viabilidade e possibilidades de êxito, o futuro desenvolvimento da economia de Cabo Verde.

CAPÍTULO II

Objectivos

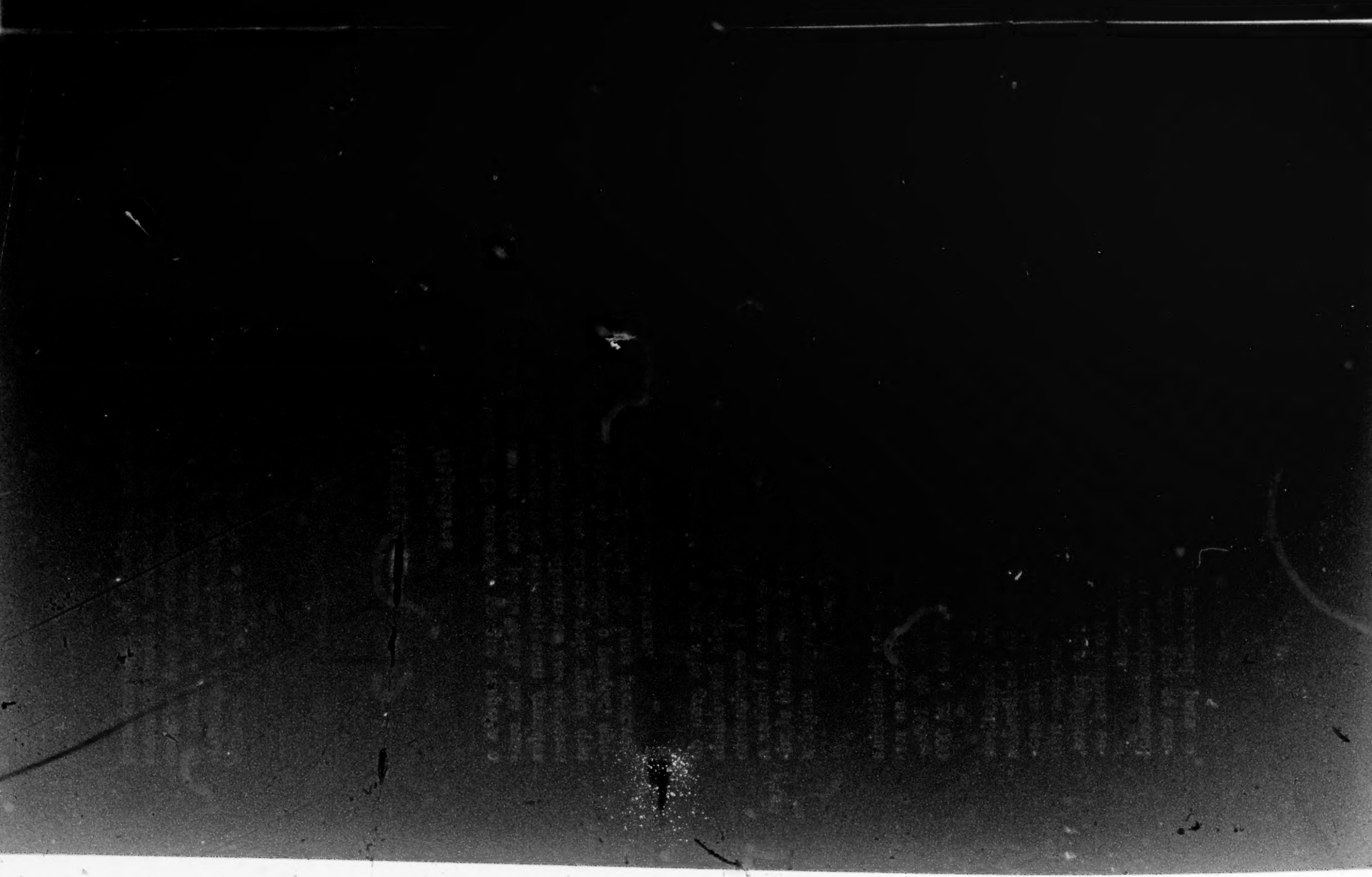
22. Os pontos fulcrais de actuação no que respeita a Cabo Verde, cuja economia ficou já definida nas suas linhas gerais, e sem esquecer o turismo, com grandes potencialidades, e os transportes, situam-se nos sectores da pesca e da agricultura, esta última pelo papel que desempenha na alimentação da população e porque, apesar de tudo, se prevê a possibilidade de uma reconversão da produção para os mercados externos.

23. As dimensões da economia e o seu alto grau de dependência do exterior, bem como a própria dificuldade técnica de estabelecer modelos formais de crescimento em condicionalismos desta natureza, levaram a limitar a definição quantificada de objectivos ao aspecto mais significativo, ou seja o da criação de novos empregos exigidos pela evolução demográfica de Cabo Verde.

24. Projecções demográficas, baseadas nas tendências evolutivas mais prováveis, conduziram a avaliar as necessidades de novos empregos, para o período de 1968–1973, num montante que se situa entre 23 000 e 26 000 novos empregos.

Prevê-se que a agricultura e os serviços domésticos mantenham os níveis absolutos de ocupação verificados em 1960. Novos empregos deverão ser criados nos sectores da pesca, da indústria e de outros serviços não domésticos (ligados aos transportes, serviços públicos, turismo), já que os empregos a criar na agricultura serão absorvidos pela mão-de-obra subempregada.

No quadro geral do desenvolvimento económico-social do arquipélago, foi este objectivo específico que se considerou na elaboração do programa provincial para o III Plano de Fomento.



CAPÍTULO III

Financiamento do programa provincial de investimentos

1. Administração Central

25. No I e II Planos de Fomento foi esta a fonte de financiamento que assegurou a cobertura total dos investimentos programados. No Plano Intercalar de Fomento foi considerado também o recurso ao crédito externo, tendo em vista os financiamentos, em curso de negociação, de novos empreendimentos no sector da pesca. Manteve-se, no entanto, em posição de relevo a assistência financeira da metrópole, à qual deve, pois, a província de Cabo Verde a realização de infra-estruturas de que dispõe e os esforços realizados para o desenvolvimento das suas actividades produtivas e a melhoria do nível cultural e sanitário das suas populações.

Plano Intercalar de Fomento	Investimentos previstos		
	Total	Ajuda financeira da metrópole	
	Contos		Percentagens
Plano Intercalar de Fomento (1965-1967)	*505 550*	*265 550*	*52,5*
1965 (programa anual) . . .	163 500	101 000	61,8
1966 (programa anual) . . .	169 800	82 300	48,5
1967 (programa anual) . . .	172 250	82 250	47,8

Dada a escassez dos recursos mobilizáveis através de outras fontes, é ainda a ajuda financeira da Administração Central chamada a desempenhar, no III Plano de Fomento, o papel de condição essencial da realização financeira dos programas respeitantes a Cabo Verde.

Nestas condições, está previsto que 74,5 por cento dos investimentos programados, correspondendo em valores absolutos a 758,7 milhares de contos, serão assegurados pelo recurso à assistência financeira da metrópole, assumindo, para tanto, as formas mais adequadas ao condicionalismo financeiro da província e à natureza específica dos empreendimentos previstos.

2. Administração provincial

26. O exame da evolução das receitas públicas da província mostra ter a receita ordinária ultrapassado a receita extraordinária apenas nos períodos de 1957–1959 e 1963–1965, revelando insuficiência quantitativa relativamente às necessidades de fomento da província, uma vez que, em média, cerca de 90 por cento da receita extraordinária se compõem de empréstimos metropolitanos destinados a obras de fomento ou a resolver situações que se prendem com o problema da ocupação de mão-de-obra em períodos de seca.

As principais componentes da receita ordinária são, durante o período considerado, os impostos indirectos, em média com 29,2 por cento, a consignação de receitas, com 26 por cento, os impostos directos, com 17,6 por cento, e o rendimento de capitais, com 11,3 por cento.

Uma discriminação mais profunda das principais receitas permite analisar a estrutura tributária de forma mais ampla. Nos dois anos extremos do decénio de 1955–1965 as receitas públicas ordinárias apresentaram os valores totais de, respectivamente, 43 663 e 87 913 contos e a seguinte composição.

Composição das receitas públicas ordinárias

Designação	1955		1965		
	Contos	Percentagens	Contos	Percentagens	Índice — Base = 1955
Total	**43 663**	–	**87 913**	–	**201,3**
Impostos directos	*8 693*	*100*	*18 508*	*100*	*212,9*
Contribuição industrial	5 031	57,9	8 787	47,5	174,7
Contribuição predial	2 277	26,2	3 059	16,5	134,3
Impostos sobre as sucessões e doações	462	5,3	515	2,8	111,5
Imposto da sisa	714	8,2	1 001	5,4	140,2
Imposto profissional	–	–	677	3,6	–
Imposto complementar	–	–	4 232	22,9	–
Outros	209	2,4	237	1,3	113,4
Impostos indirectos	*13 895*	*100*	*23 545*	*100*	*169,4*
Direitos de importação	6 356	45,7	11 413	48,5	179,6
Taxas sobre carvão e combustíveis	3 488	25,1	4 490	19	128,7
Direitos de exportação	773	5,6	821	3,5	106,2
Imposto do selo	3 278	23,6	6 821	29	208,1
Taxas	*3 668*	*100*	*7 643*	*100*	*208,4*
Emolumentos aduaneiros	1 494	40,7	3 366	44,1	225,3
Receitas eventuais não especificadas	591	16,1	645	8,4	109,1

Designação	1955		1965		
	Contos	Percentagens	Contos	Percentagens	Índice — Base = 1955
Taxas de tráfego aduaneiro	392	10,7	1 340	17,5	341,2
Outras	1 191	32,5	2 292	30	192,4
Domínio privado do Estado	*4 815*	*100*	*6 206*	*100*	*128,9*
Taxas de trânsito de telegramas	3 967	82,4	5 048	81,3	127,2
Outros	848	17,6	1 158	18,7	136,6
Outras receitas	*12 592*	–	*32 011*	–	*302,5*

27. As despesas públicas cresceram a ritmo superior ao das receitas, atingindo os seus valores extremos em 1955 (38 428 contos) e 1965 (133 614 contos):

Composição e evolução das despesas públicas

Designação	Contos										
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Total	**48 406**	**72 739**	**87 408**	**83 281**	**97 290**	**178 401**	**128 641**	**128 589**	**105 190**	**130 172**	**133 614**
Despesas ordinárias	*38 427*	*42 244*	*49 614*	*46 629*	*49 140*	*51 569*	*57 052*	*61 130*	*66 443*	*77 182*	*78 981*
Dívida da província	1 430	2 292	3 153	4 021	4 822	2 862	2 854	2 854	–	2 854	2 854
Governo da província e Representação Nacional	809	444	430	407	425	522	540	510	626	600	563
Aposentações, jubilações, pensões e reformas	2 391	2 462	3 638	3 595	3 599	3 868	4 267	4 348	4 356	4 315	4 336
Administração geral e fiscalização	8 858	11 146	13 459	14 053	15 360	17 758	19 808	21 680	23 573	24 756	25 224
Serviços de Fazenda	4 041	4 597	5 162	5 142	5 183	6 349	6 652	7 448	7 426	7 837	8 227
Serviços de justiça	528	659	705	796	796	976	1 167	1 305	1 510	1 732	2 105
Serviços de fomento	6 282	6 860	11 122	6 103	6 193	6 570	8 482	8 757	8 511	8 336	9 627
Serviços militares	2 070	2 742	3 405	3 202	3 846	2 619	3 478	2 794	4 156	4 160	3 432

Designação	Contos										
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Serviços de marinha . .	1 554	1 951	2 232	1 885	1 789	2 073	1 892	2 912	6 712	8 225	7 786
Encargos gerais	10 158	8 872	6 196	7 271	7 049	7 877	7 860	8 353	9 373	14 234	14 580
Encargos findos	306	219	112	154	78	95	52	169	200	133	247
Despesas extraordinárias . .	*9 979*	*30 495*	*37 794*	*36 652*	*48 150*	*126 832*	*71 589*	*67 459*	*38 747*	*52 990*	*54 633*
Plano de Fomento . . .	8 301	25 910	24 615	30 870	42 396	119 747	64 472	61 436	35 553	50 293	47 861
Outras despesas	1 678	4 585	13 179	5 782	5 754	7 085	7 117	6 023	3 194	2 697	6 772

Cotejando estes valores com os das receitas ordinárias, pode-se concluir pela existência de duas curvas sensìvelmente paralelas, sendo o movimento ascendente das receitas a nível um pouco superior.

Receitas e despesas ordinárias

Anos	Milhares de contos		
	Receitas	Despesas	Diferenças
1955	44	38	+ 6
1956	52	42	+ 10
1957	55	50	+ 5
1958	51	47	+ 4
1959	54	49	+ 5
1960	58	52	+ 6
1961	61	57	+ 4
1962	65	61	+ 4
1963	71	66	+ 5
1964	82	77	+ 5
1965	88	79	+ 9

As despesas ordinárias excedem, em geral, as despesas extraordinárias.

O quadro dos valores percentuais dá-nos uma imagem mais expressiva dessa evolução no período em análise.

Distribuição percentual das despesas ordinárias e extraordinárias

Anos	Despesas ordinárias	Despesas extraordinárias
1955	79,4	20,6
1956	58,1	41,9
1957	56,8	43,2
1958	56	44
1959	50,5	49,5
1960	28,9	71,1
1961	44,4	55,6
1962	47,5	52,5
1963	63,2	36,8
1964	59,3	40,7
1965	59,1	40,9

Análise aprofundada das rubricas mais representativas nas despesas ordinárias é facultada pelo quadro seguinte,

onde constam os indicadores numéricos referentes aos dois anos extremos do período.

Discriminação das rubricas mais representativas das despesas ordinárias

Designação	1955		1965		
	Contos	Percentagens	Contos	Percentagens	Índice — Base = 1955
Total	**38 427**	**100**	**78 981**	**100**	**205,5**
Dívida da província	1 430	3,7	2 854	3,6	199,6
Instrução pública	2 425	6,3	9 255	11,7	381,6
Aposentações, jubilações, pensões e reformas	2 391	6,2	4 336	5,5	181,3
Serviços de saúde	3 437	8,9	7 141	9	207,8
Administração civil	929	2,4	1 960	2,5	211
Segurança pública	507	1,3	2 060	2,6	406,3
Serviços de obras públicas, agrimensura e cadastro	2 157	5,6	731	0,9	33,9
Serviços de Fazenda e contabilidade	1 744	4,5	3 225	4,1	184,9
Serviços aduaneiros	2 134	5,6	4 727	6	221,5
Comarcas e julgados	487	1,3	1 104	1,4	226,7
Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones	3 340	8,7	7 194	9,1	215,4
Serviços agrícolas, florestais e pecuários	683	1,8	879	1,1	128,7
Serviços militares	2 070	5,4	3 432	4,3	165,8
Serviços de marinha	1 554	4	1 196	1,5	77
Junta Autónoma do Porto de S. Vicente	465	1,2	4 082	5,2	877,8
Encargos gerais	10 157	26,4	14 580	18,5	143,5

28. A conclusão que pode ser tirada da análise da situação e evolução das finanças públicas da província é a de serem bastante diminutas as possibilidades da poupança pública, não sendo muito favoráveis as perspectivas de, no futuro, tal tendência se ver modificada. A manutenção do equilíbrio orçamental, em face da progressão das despesas ordinárias decorrentes dos esforços a realizar nos sectores sociais e da necessidade de utilizar e conservar os investimentos infra-estruturais efectuados nos passados planos de fomento, constitui, já por si, preocupação com implicações sobre a capacidade de cobertura dos encargos (amortização e juros) de empréstimos contraídos anteriormente, pelo que não se pode contar com esta fonte para o financiamento de investimentos do III Plano de Fomento.

3. Instituições de crédito

29. As instituições de crédito existentes na província são a filial do Banco Nacional Ultramarino, a Caixa Económica Postal e a Caixa de Crédito Agro-Pecuário, sendo estas duas as mais adequadas à mobilização de poupanças locais.

No período de 1958–1964 foi concedido crédito aos sectores agrícola, industrial e comercial nos montantes constantes do quadro seguinte.

Créditos concedidos pela Caixa Económica Postal e pela Caixa de Crédito Agro-Pecuário

Anos	Créditos concedidos							
	Agricultores	Índice — Base = 1958	Industriais	Índice — Base = 1958	Comerciantes	Índice — Base = 1958	Total	Índice — Base = 1958
1958	3 683	100	1 523	100	6 709	100	11 915	100
1959	1 119	30	1 730	114	6 933	103	9 782	82
1960	618	17	1 838	121	43 090	642	45 546	382
1961	417	11	2 815	185	2 592	39	5 860	49
1962	–	–	6 573	432	61 646	919	68 219	573
1963	28	1	5 265	346	64 383	960	69 696	585
1964	49	1	1 926	126	71 616	1 067	73 591	618
Total	5 914	100	21 670	–	256 969	–	284 609	–

As principais contas respeitantes a operações de crédito movimentadas pela filial do Banco Nacional Ultramarino na concessão de crédito tiveram a evolução seguinte, no mesmo período:

Operações de crédito da filial do Banco Nacional Ultramarino

Anos	Carteira comercial	Índice — Base = 1958	Empréstimos diversos (a)	Índice — Base = 1958
1958	4 801	100	19 649	100
1959	5 081	106	20 561	105
1960	5 561	116	19 291	98
1961	6 108	127	15 844	81
1962	5 806	121	22 177	113
1963	7 314	152	24 022	122
1964	5 242	109	24 860	127

(a) Predominam os «Empréstimos e c/c caucionadas».

A participação da Caixa de Crédito Agro-Pecuário no financiamento do III Plano de Fomento, tornada possível pelos meios financeiros postos ao seu dispor pelo Governo da província, mediante empréstimos concedidos pelo Banco Nacional Ultramarino, embora não revista, em percentagem, um papel significativo (cerca de 3 por cento), constitui sintoma de início de uma actividade mais dinâmica, em que se espera uma mais efectiva intervenção na mobilização de poupanças formadas localmente.

4. Particulares e empresas

30. As dimensões e características da economia do arquipélago não permitem, por agora, encarar a emissão de títulos da dívida pública provincial nos moldes adoptados nas províncias de governo-geral.

31. No que se refere a autofinanciamento, o número limitado de empresas de dimensão económica existente e as dificuldades de obtenção de dados sobre os investimentos por exploração familiar e pequenas empresas levou a não explicitar esta fonte de financiamento, como relevante no contexto do III Plano de Fomento.

Apenas se inclui um autofinanciamento por uma empresa agrícola: 4000 contos destinados à cultura da banana na ilha de Santiago.

5. Crédito externo

32. O desconhecimento de novos interesses concretizados por investidores estrangeiros na aplicação directa de capitais — ainda que não possam deixar de se registar

certas perspectivas significativas no âmbito dos empreendimentos turísticos — levou a considerar, nesta rubrica, apenas a concretização dos financiamentos por crédito externo para os empreendimentos em curso ou em estudo no sector da pesca.

6. Conclusões

33. O esquema de financiamento do programa previsto para o III Plano de Fomento é, pois, o seguinte:

Fontes de financiamento	Contos	Percentagens
Total	**1 018 200**	**100**
Fontes nacionais	*792 700*	*77,9*
Administração Central:		
Empréstimos ao Governo provincial	758 700	74,5
Institutos de crédito	30 000	3
Particulares e empresas:		
Autofinanciamento	4 000	0,4
Fontes externas	*225 500*	*22,1*
Financiamentos puros e para a aquisição de equipamento	225 500	22,1

34. Pode encarar-se ainda com certo optimismo a activação, no que se refere ao sector privado, de investimentos, porquanto, apesar da situação económico-financeira da província, subsistem ainda potencialidades que poderão ser aproveitadas pelos empresários, através do autofinanciamento ou do aproveitamento de poupanças locais, e que podem tornar-se mais activas.

CAPITULO IV

Descrição dos programas de investimentos

I) Agricultura, silvicultura e pecuária

1. Evolução recente e problemas actuais

35. Proporção muito elevada da população activa de Cabo Verde trabalha ou depende da agricultura.

O nível produtivo do sector não apresenta, porém, dinamismo suficiente para assegurar o abastecimento local em produtos alimentares, e muito menos exportações necessárias para garantir a conveniente capacidade de importar.

36. Não se dispõe de dados seguros sobre as produções agrícolas, mas, recorrendo-se às estatísticas de comércio externo, pode analisar-se quantitativamente a situação descrita.

Índices da exportação dos principais produtos agrícolas

Base: 1958 = 100

Produtos	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Café . . .	180,8	57,5	71,2	30,1	50,7	53,4	61,6
Bananas. .	103,9	105,3	92,3	94,6	132,4	165,2	180
Amendoim	143,7	11,2	19,4	59,2	99,5	271,4	89,3
Purgueira	83,6	38,6	42,5	17,1	30,2	19,5	20,1
Rícino . .	100,8	74,6	84,7	43,2	45,8	106,8	55,1

As importações de géneros alimentícios de primeira necessidade têm aumentado substancialmente, com especial relevância para o milho, de valores absolutos muito elevados.

Índices da importação de produtos agrícolas

Base: 1958 — 100

Produtos	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Arroz	84,9	134,3	181,8	94,6	107,2	147,1	167,1
Batata	85,1	190,1	147,8	301,2	241	252,8	328,6
Feijão	33,3	4 200	4 026,7	1 713,3	2 303,3	810	2 273,3
Milho	251,6	949,2	474,1	301,4	229,4	391,2	446,6
Farinha de trigo	124	164,8	154,4	164,7	171,6	174,5	228,6

37. As exportações de produtos cujo consumo interno não é relevante seguiram, no mesmo período, evolução caracterizada pela acentuada expansão das produções de bananas e de amendoim, correspondendo a uma nítida regressão do café e da purgueira.

38. Quanto à pecuária, os efectivos arrolados mostram tendência para recuperação, depois de uma quebra que atingiu o seu ponto mais baixo em 1982.

39. As limitações dos dados disponíveis não permitem uma avaliação segura, mas parece evidente uma certa estagnação dos níveis de produção e um agravamento do recurso às importações de produtos alimentares.

Por outro lado, conjugando elementos conhecidos, tão-pouco parece lícito assinalar melhoria na produtividade da mão-de-obra.

Em síntese, reconhece-se que o fomento agro-silvo-pastoril em Cabo Verde requer a realização de acções decisivas nas áreas mais sensíveis, das quais se possam esperar resultados imediatos e positivos.

2. Objectivos

40. A agricultura constitui, apesar dos desfavores naturais que sobre ela recaem, o sector principal da economia da província, e também aquele em que os aspectos humanos envolvidos na programação assumem maior relevo, tornando melindrosa a apreciação dos factores dominantes da vida agrária do arquipélago e dificultando previsões, mesmo a curto prazo, sobre os reflexos que a aplicação de um plano de fomento pode trazer à transformação social e económica do sector, por forma a atingir-se as metas estabelecidas.

41. O sector agrícola, não sendo susceptível de absorver mais mão-de-obra, pode, todavia, contribuir para a redução significativa do subemprego, nele manifesto. Poderá, sobretudo, aumentar de forma substancial o produto, mediante o aproveitamento eficiente dos investimentos já efectuados e a efectuar na irrigação e reconversão de algumas culturas de subsistência em culturas de mercado.

Não se deve, porém, esperar que, mesmo à custa de uma intensificação cultural e alargamento do regadio, o desemprego oculto na agricultura possa ser totalmente eliminado, convindo, por isso, considerar as orientações necessárias à criação dos novos empregos que o sector agrícola não comportará nas suas actividades produtivas.

Para tanto, e enquanto os sectores não agrícolas se preparam para absorver a parcela de população válida que o crescimento demográfico coloca todos os anos no mercado do trabalho, poderá utilizar-se a mão-de-obra agrícola subempregada na construção de grande parte do capital fixo necessário ao desenvolvimento da produção agrícola (surribas, despedregas e socalcos para melhoria de produtividade no regadio e, também, estruturas para captação e/ou armazenamento de água para rega, etc.), sem falar noutras infra-estruturas, designadamente estradas.

42. Parece aconselhável, por outro lado, se não se abandonar todo o propósito de auto-suficiência de produção alimentar, e, dados os baixos preços dos produtos das culturas alimentares, afectar, especialmente no regadio, as áreas cultivadas às produções de elevado rendimento unitário, sobrevalorizáveis pela exportação.

43. Admite-se não ser fácil, porém, imprimir novo rumo à agricultura cabo-verdiana, mesmo reconhecendo-se a potencialidade oferecida à transformação em agricultura de mercado.

Competirá, pois, ao Estado criar os estímulos necessários para levar um número cada vez maior de agricultores a passar de uma economia de subsistência para uma economia de mercado.

44. A melhoria do quadro institucional pode receber contribuição válida da aplicação do regime estabelecido pelo Decreto n.º 47 314, de 15 de Novembro de 1966, que visa tornar mais equilibrada a estrutura agrária do arquipélago. Outras providências serão, porém, necessárias com vista:

Ao aperfeiçoamento dos meios de comercialização das exportações e da promoção de vendas na metrópole, para já um mercado com perspectivas;
Ao desenvolvimento dos meios de transporte interinsulares e para a metrópole;
E ao estabelecimento da organização cooperativa da comercialização e da agricultura de grupo.

45. A expressão que a silvicultura possa ter no desenvolvimento económico da província é bem pequena, como se compreende.

Escolhida uma orientação que deverá ter em linha de conta as determinantes que condicionam a instalação de coberto lenhoso, este pode efectuar-se a custos comportáveis e com viabilidade, mesmo não esquecendo que

Cabo Verde se integra numa região limite para a cultura florestal, como o demonstra a pobreza da flora e da vegetação lenhosa. Mas, dentro das condições meteorológicas normais dessa região, é o relevo o principal factor a condicionar o clima do arquipélago, e daqui a variável aptidão ecológico-agrícola das diferentes zonas.

Desta maneira, convém reter apenas as seguintes ideias básicas:

Em certas localizações das ilhas de maior altitude o povoamento florestal é possível sem necessidade de recurso a processos de custo proibitivo;

Não é prudente generalizar o tratamento do problema a todas as ilhas e, dentro de cada uma, às diferentes micro-regiões ecológicas que a altitude e a orientação, de per si ou conjugadas, determinam; o problema é distinto do das zonas privadas do efeito dos alísios, e, portanto, diferentes hão-de ser as soluções a adoptar e os objectivos a prosseguir;

Não se devem esperar massas arbóreas que se prestem ao registo de números que produzam grande efeito estatístico ou espectacular.

46. Atenta a pobreza de recursos naturais do arquipélago, há que aceitar que, excluídas as pequenas manchas de regadio e as zonas de sequeiro, restam extensas áreas das quais, devido aos condicionalismos de ordem climática e edáfica, só através da pecuária se pode tirar proveito.

Há, porém, problemas de educação de base e de assistência técnica, sem dúvida difíceis, que hão-de anteceder qualquer programa de fomento pecuário.

A experiência continuada de dezoito anos no domínio de fomento pecuário aconselha um reajustamento da acção a empreender.

Assim, de pouco ou nada serve a dispendiosa aquisição de reprodutores de qualidade e a sua cara manutenção se, em primeiro lugar, não se resolverem dois problemas fundamentais: a redução das zoonoses que degradam o armentio e a melhoria das condições de apascentamento e, de uma forma geral, de alimentação de gado.

O esforço a despender visa, fundamentalmente, a espécie bovina, com uma extensa campanha de profilaxia da tuberculose.

Por outro lado, não é o mercado local que pode absorver o excedente criado como resultado dos abates. A comercialização para a metrópole é o caminho que se oferece como complemento necessário.

Assim, todas as medidas que a metrópole possa tomar em benefício da comercialização das carnes que o arqui-

pélago produza terão efeitos benèficamente convergentes. Além disso, os subprodutos destes abates poderão dar matéria-prima para industrialização local: tal é o caso dos curtumes.

Também a suinicultura oferece a possibilidade de contribuir com matéria-prima para industrialização.

Quanto ao caracul e angora, se as conclusões que já se puderam tirar sobre o comportamento e grau de adaptação do núcleo importado de Angola e mantido sob observação na Trindade (ilha de Santiago) não são de molde a aceitar, para já, sem reservas, a passagem à fase de exploração, crê-se que só depois de alargada a etapa experimental à ilha de Maio é que se poderá estabelecer — com um mínimo de segurança — qualquer projecto concreto de exploração pecuária visando aquelas espécies.

Como necessário complemento a toda a acção que se desenvolva em benefício da pecuária, o aumento da rede de bebedouros é aspecto que deverá ser levado em linha de conta.

Não existe, na província, qualquer tentativa de exploração avícola. O elevado custo do arraçoamento que uma exploração a nível industrial exige, uma vez que todos os concentrados teriam de se importar, torna duvidoso o sucesso económico de qualquer iniciativa do género. Entretanto, e porque a actividade pode vir a merecer melhor interesse, dada a possibilidade de abastecimento de frotas pesqueiras e navegação marítima em geral, por alteração das exigências dos compradores, prevê-se a aquisição de reprodutores para fomento avícola.

3. Investimentos

47. Os empreendimentos programados para este sector são os seguintes:

A) Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris

a) Fomento cafeícola e de outras culturas. Defesa fitossanitária

Existem actualmente em produção cerca de 840 000 cafeeiros, ocupando uma área de 528 ha e produzindo cerca de 200 t por ano.

A importância que o café pode representar para a economia do arquipélago, aliada às obrigações assumidas pelo País no âmbito do Acordo Internacional do Café, conduz à conclusão de que os esforços a realizar neste campo terão necessàriamente de se concentrar na melhoria da produtividade das áreas em cultivo e da qualidade do café produzido.

Com esse propósito se incluem neste programa os investimentos exigidos pelo lançamento e manutenção de uma campanha de fomento cafeícola nos moldes permissíveis e tècnicamente adequados.

É considerado também o fomento de outras culturas que, em princípio, não estão dependentes de aplicação regular e abundante de água para prosperarem e produzirem, podendo algumas substituir o milho, embora de forma não generalizada, em certas situações.

Correspondem, por outro lado, a produtos já cultivados nas ilhas, mas de difusão desordenada e incipiente, pelo que será de contar com receptividade ao seu fomento; demais, existe alguma experiência e conhecimentos sobre o seu grau de adaptação, pelo que uma acção concertada deverá conduzir a melhoria de produtividade.

Nestas culturas estão incluídos o amendoim, o feijão congo, as oleaginosas não alimentares, o coqueiro, a tamareira, o cajueiro, a mangueira, o tabaco e o ananás, a desenvolver nas ilhas de Santiago, Fogo, Santo Antão, S. Nicolau, Boa Vista e Maio.

Trata-se, na sua maior parte, de cultivos alimentares, susceptíveis, inclusivamente, de interessarem o mercado externo.

A acção dos serviços incidirá, em particular, sobre a distribuição de plantas e sementes seleccionadas e assistência nas técnicas de cultivo.

Para reduzir o volume dos prejuízos anualmente provocados por doenças e pragas das plantas cultivadas, são considerados meios de as combater, e, porque a acção individual quase se não manifesta, caberá aos serviços oficiais a intervenção neste campo, esperando-se, porém, a indispensável colaboração dos produtores agrícolas.

b) Revestimento vegetal e trabalhos de conservação do solo e da água

No tocante à silvicultura, prevê-se a arborização das zonas altas mediante a criação de novas plantações (400 ha) pelo emprego de espécies exóticas, conservação das já existentes e constituição de cortinas de abrigo em zonas susceptíveis de aproveitamento agrícola.

A construção de casas para guardas florestais, caminhos e viveiros servirá de complemento aos trabalhos de arborização.

Para tirar o melhor partido económico na ocupação de certos terrenos de montanha, será de toda a conveniência instalar em zonas de altitude espécies arbustivas forrageiras que melhorem e equilibrem o trinómio: regadio, pecuária e agricultura.

Cumulativamente, já que a arborização em terrenos declivosos constitui um dos melhores antídotos da erosão, surgem as necessidades de conservação do solo e da água, uns e outros indispensáveis à agricultura de Cabo Verde.

Está prevista a edificação de diques, banquetas e processos de recarga artificial, visando os troços de montante das bacias hidrográficas de maior valor económico. Também a construção de barragens para redução das pontas de cheia será hipótese a não pôr de lado, como dispositivo de protecção às áreas de regadio situadas nos principais vales.

A execução destas tarefas será distribuída pelas ilhas de Santo Antão, Santiago e S. Nicolau.

Está prevista uma verba para constituição de pastagens arbóreas e arbustivas (cerca de 700 ha) e reconstituição de pastagens herbáceas nas ilhas de Boa Vista, Maio, Santiago, Fogo, S. Nicolau e Santo Antão.

c) Fomento pecuário e sanidade animal

O esforço a desenvolver com a manutenção dos postos de fomento pecuário, com maior incidência na ilha de Santiago e, em menor escala, nas ilhas de S. Nicolau, Boa Vista e Maio, visará fundamentalmente a espécie bovina, em relação à qual haverá que levar a efeito uma extensa campanha de profilaxia da tuberculose, que é, depois da escassez alimentar, o factor que mais influi na desvalorização do armentio local.

Esta campanha deve incluir não só a ilha de Santiago, mas também a da Boa Vista e a de Maio, englobando campanhas profilácticas, tratamento e aquisição de soros, vacinas, equipamentos diversos e assistência técnico-veterinária.

Quanto ao caracul, a passagem à fase de exploração não será de encarar para já. Inclui-se, no entanto, o estabelecimento de unidades de recuperação, depois de alargada a etapa experimental à ilha de Maio.

Também a avicultura, pela proximidade da Guiné e em face do grande consumo em carne e ovos do porto de S. Vicente, devido aos barcos que o escalam, justifica que lhe seja dispensada maior atenção, através, sobretudo, da aquisição de bons reprodutores para fomento avícola.

O alargamento da rede de bebedouros como medida profiláctica é também aspecto que deverá ser levado em linha de conta, não só pela melhoria que traz às condições de dessedentação dos gados, como também à redução dos

percursos, o que diminuirá os efeitos do principal agente da degredação das pastagens: o pisoteio desregrado.

A construção de bebedouros e tanques-banheiros abrangerá as ilhas de Santiago, Fogo, Boa Vista, Santo Antão e S. Nicolau.

B) Esquemas de regadio e povoamento

a) Aquisição de propriedades de regadio

Em face da experiência proporcionada pelos aproveitamentos hidroagrícolas efectuados pelo sector público, parece que terão muito maior alcance os objectivos sociais e económicos de tais empreendimentos se, a par da correcção da estrutura agrária existente através de um justo regime jurídico das obras de rega, o Estado puder associar-se à iniciativa privada pela aquisição de propriedades susceptíveis de rega, para a constituição de sociedades de economia mista ou de núcleos de povoamento. Assim, maior será a projecção social e humana das obras de regadio, a partir das quais se poderá expandir um equilibrado amor à terra e constituir uma sólida sociedade rural.

Nos vales ainda subaproveitados da ilha de Santiago, poderá o Estado, através do estabelecimento de novos colonatos ou com o interesse activo dos proprietários, participar na aquisição de propriedades com a antecipada garantia da transformação de um regadio mal utilizado em regadio intensivo afecto à bananicultura e a cultivos hortícolas, orientados para a exportação.

b) Trabalhos de adaptação ao regadio e fomento de bananicultura e horticultura nas explorações societárias ou/e comunitárias

Os prédios para a constituição de novas explorações de regadio intensivo em regime de sociedade de economia mista ou de núcleos de povoamento interno carecem de avultados investimentos em trabalhos de adaptação ao regadio, visando a instalação de bananais e de culturas hortícolas em escala industrial.

É considerada do mesmo modo a comparticipação do Estado na realização de aproveitamentos hidroagrícolas de interesse geral que beneficiem grande número de utentes. A promulgação do regime de rega é medida que paralelamente deverá ser encarada, por forma que não progridam os desajustamentos existentes, e antes se solucionem para benefício da comunidade.

Os serviços públicos, através da constituição de um parque de maquinaria agrícola e outros meios de extensão agrária, assistirão os agricultores nos trabalhos de adaptação ao regadio e fomento bananícola e hortícola.

Uma empresa privada propõe-se também autofinanciar a instalação de uma grande área de bananal na ilha de Santiago. O investimento previsto é de 4000 contos, a despender em 1968.

c) Meios de obtenção de água para rega

Além da intensificação e extensificação da prospecção de águas subterrâneas e dos processos tecnológicos da sua exploração, terá de se avançar ainda mais no domínio do aproveitamento dos recursos hídricos.

Assim, é de se encarar a possibilidade de armazenamento de águas superficiais destinadas à rega, mesmo ponderando a série de limitações que possam contra-indicar tais dispositivos. As alternativas que se deparam não parecem possibilitar um aumento e intensificação significativos das explorações de regadio.

C) Crédito agrícola

A concessão de facilidades financeiras ao pequeno e médio proprietário, em especial à exploração familiar de conta própria, constitui o processo de se contribuir para um aumento significativo do produto agrícola e para a subida, mais generalizada, do nível de vida da população.

Contudo, ainda não se criou na província uma tradição na procura de crédito agrícola. Essa circunstância é dificultada também pela localização da sede da Caixa de Crédito Agrícola em Santiago, o que cria dificuldades aos possíveis utentes dispersos por outras ilhas. Está, pois, prevista a ampliação dos recursos da Caixa e do alargamento do seu âmbito de acção em modalidades de crédito, obedecendo rigorosamente aos objectivos de desenvolvimento económico-agrícola da província.

Agricultura, silvicultura e pecuária

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Fomento dos recursos agro-silvo-pastoris	*40 750*
Fomento cafeícola	14 150
Fomento de culturas e defesa fitossanitária	2 400
Trabalhos de conservação da água e do solo, incluindo arborização em zonas de altitude	8 200
Trabalhos complementares de arborização . .	800

Empreendimentos	Contos
Constituição de pastagens arbóreas e arbustivas	2 400
Fomento pecuário, incluindo o estabelecimento de unidades de fixação do caracul	2 800
Aquisição de reprodutores e fomento avícola	300
Campanhas profiláticas, nomeadamente a da erradicação da tuberculose bovina	3 000
Construção de bebedouros e tanques-banheiros	700
Encargos gerais da entidade executora	6 000
Esquemas de regadio e povoamento	*47 400*
Aquisição de propriedades de regadio	5 000
Fomento bananícola e hortícola	31 000
Meios de obtenção de água para rega	6 000
Encargos gerais da entidade executora	5 400
Crédito agrícola	*12 000*
Total	**100 150**

II) Pesca

1. Evolução recente e problemas actuais

48. As possibilidades reconhecidas de desenvolvimento desta actividade no arquipélago parecem ser apreciáveis, e tanto assim é que atuneiros japoneses e de outras nacionalidades ali se deslocam com certa regularidade, armazenando pescado nos frigoríficos do Mindelo.

Há condições mínimas, no que se refere a campos de pesca, necessárias à instalação de empreendimentos pesqueiros e de fábricas de transformação de peixe.

Além dos tunídeos, fulcro da actividade piscatória, existem outras espécies pelágicas que desempenham importante papel e, embora ainda não haja investigações científicas completas, conclui-se que existem assinaláveis perspectivas na exploração de crustáceos, designadamente lagostas.

49. Prosseguiu no período do Plano Intercalar de Fomento o desenvolvimento deste sector, que actualmente emprega mais de 2000 pescadores, com capturas que excedem as 2000 t anuais. Dificuldades na concretização dos financiamentos previstos impediram o lançamento do conjunto do empreendimento da Congel, que, no entanto, ampliou consideràvelmente a capacidade de armazenagem frigorífica na sua base do Mindelo.

Anos	Embarcações						Pessoal — Número	Produção — Toneladas
	Total		De propulsão mecânica		À vela ou a remos			
	Número	Toneladas de arqueação bruta	Número	Toneladas de arqueação bruta	Número	Toneladas de arqueação bruta		
1958	13	122	2	108	11	14	×	1 740
1959	602	846	17	261	585	585	2 248	1 460
1960	×	×	×	×	×	×	×	1 587
1961	176	468	20	348	156	120	577	1 579
1962	451	1 155	28	479	423	676	1 748	1 498
1963	531	1 225	31	547	500	738	1 904	1 640
1964	567	1 263	30	428	537	835	2 079	2 081
1965	590	1 316	35	447	555	869	2 584	3 499

50. De um modo geral, as embarcações são obsoletas e deficientemente equipadas, quer se trate das accionadas a motor, quer das que são equipadas com velas ou remos. O grau de autonomia destas embarcações é forçosamente diminuto.

51. A produção indicada deve ser encarada com reserva, porquanto constitui apenas uma parte da produção total, cujo valor se estime pelo quádruplo daquele montante, que se refere apenas ao pescado destinado aos mercados municipais. Com efeito, há que entrar em linha de conta, por exemplo, com o pescado absorvido pelo autoconsumo pela população empregada na pesca.

Cerca de $^1/_5$ do total destina-se à preparação rudimentar de peixe seco, mas haverá ainda que considerar o pescado que foi empregado pelo sector industrial, compreendendo a congelação e a fabricação de conservas e farinhas de peixe, pelo que se teria uma produção global da ordem das 9200–9300 t por ano (abstraindo a apanha do isco vivo para a pesca do atum), de que mais de 60 por cento supririam as solicitações do consumo interno.

2. Objectivos

52. Torna-se indispensável, durante o III Plano de Fomento, não só impulsionar o lançamento dos novos empreendimentos em estudo ou já em adiantado curso de realização, como também procurar modernizar e am-

pliar a frota pesqueira local, de modo a melhorar as suas possibilidades de detecção, de conservação de pescado e de âmbito de acção.

3. Investimentos

53. Os empreendimentos incluídos neste sector são, pois:

a) Companhia de Pesca e Congelação de Cabo Verde

A primeira fase do empréstimo externo à Congel, no montante de 74 500 contos, já obteve a concessão do aval do Estado.

Destinou-se essa verba para pagamento do fornecimento de quatro atuneiros *purse-seiner* e respectivo contrato de crédito, nos termos do Decreto-Lei n.º 47 587, de 16 de Fevereiro de 1967, integrados no contrato geral que se celebrou em 1962 com a firma Fried Krupp.

Todavia, o financiamento alemão, com a devida autorização do Estado, atingirá os 284 200 contos, dos quais foram apenas inscritos 209 700 contos, destinados a instalação frigorífica, estruturas complementares, restante frota pesqueira e industrialização, que se torna necessário actualizar por acréscimo de cerca de 7,5 por cento baseado no aumento dos custos de produção, por se ter considerado que a 1.ª fase do financiamento se poderia concretizar no âmbito do Plano Intercalar.

Assim, o empreendimento da Congel figura com o total de 225 500 contos, a acrescer ao montante da 1.ª fase que venha a ter lugar já em 1968.

Por outro lado, foi autorizado o Ministério do Ultramar, pelo Decreto n.º 46 990, de 2 de Maio de 1966, em nome da província, a contrair, no Banco de Fomento Nacional e no Banco Nacional Ultramarino, dois empréstimos, de 15 000 contos cada um, pagáveis aos semestres e amortizáveis em doze anuidades iguais, vencendo-se as duas primeiras em 1 de Dezembro de 1970.

O produto dos empréstimos referidos foi integralmente aplicado na subscrição de 30 000 acções da Companhia de Pesca e Congelação de Cabo Verde, S. A. R. L.

b) Outros empreendimentos

Além da Congel, outros empreendimentos há que carecem de ser reestruturados ou podem justificar investimentos vultosos, como, por exemplo, a empresa em projecto para operar com base na Praia, nomeadamente se a localização os tornar recomendáveis como factores de desenvolvimento económico de outras ilhas.

Pesca

Programa de Investimentos

Empreendimentos	Contos
Pescas	*153 990*
Pesca artesanal	7 290
Pesca industrial	146 700
Instalações de terra	*113 510*
Renovação e ampliação de unidades existentes	95 720
Instalação de novas unidades	17 790
Total	**267 500**

III) Indústrias extractivas e transformadoras

1. Evolução recente e problemas actuais

54. É restrito o âmbito das actividades industriais, tanto extractivas como transformadoras, em Cabo Verde: unidades industriais em pequeno número, baixas produções e reduzida gama de produtos.

Nas indústrias extractivas podem apontar-se as pozolanas, o calcário e o sal, com produções relativamente modestas, com excepção do sal, actividade tradicional nas ilhas do Sal, Boa Vista e Maio.

Na transformação de produtos agrícolas contam-se apenas o fabrico de aguardente, preparação de peles e couros e produção de carvão vegetal.

Com base na pesca, regista-se, além da congelação de peixe, a fabricação de conservas de peixe, de farinhas de peixe e de peixe seco.

As restantes indústrias existentes são as de massas alimentícias e bolachas, panificação, tabaco, refrigerantes, calçado e cerâmica.

55. A evolução da produção das indústrias cabo-verdianas no sexénio de 1960–1965 mostra que as produções mais significativas destinadas ao mercado externo são as pozolanas e o sal.

Rubricas	Unidades	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Pozolanas	Toneladas	3 668	5 063	7 138	11 825	10 248	4 139
Sal	Toneladas	23 758	23 912	26 861	29 126	31 571	39 626
Cal	Toneladas	1 300	1 826	35	51	153	278
Aguardente	Litros	59 701	47 374	57 316	23 703	38 132	114 361
Peles e couros	Quilogramas	1 217	897	×	×	..	×
Carvão vegetal	Quilogramas	178	..	..	..	..	×
Peixe congelado	Toneladas	450	794	190	40	765	549
Conservas de peixe	Toneladas	338	275	418	320	498	646
Farinha de peixe	Toneladas	172	124	162	140	109	136
Massas alimentícias e bolachas	Toneladas	348	311	300	280	292	278
Panificação	Toneladas	942	935	837	782	873	1 124
Tabacos	Toneladas	32	34	36	34	30	30
Refrigerantes	Litros	73 475	90 026	72 744	109 772	116 082	124 964
Calçado	Pares	339	376	287	319	337	399
Cerâmica (louça de barro)	Peças	3 000	1 636	×	×	×	×

O quadro seguinte mostra a evolução, em índices (base 1953), das produções principais ao longo do período de 1953–1965:

Rubricas	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965
Cal	100	415	53	366	809	126	148	69	97	2	3	6	15
Pozolanas	×	×	100	444	733	1 516	4 418	1 781	2 458	3 465	5 740	4 975	2 009
Sal	100	199	197	207	185	74	191	224	225	272	274	297	373
Conservas de peixe	100	133	89	88	135	82	63	99	80	122	127	146	189
Farinha de peixe	×	100	78	152	171	80	111	91	66	86	74	58	72
Refrigerantes	100	71	124	83	106	192	152	247	303	245	369	390	419
Tabaco	100	150	193	233	709	177	218	339	352	382	356	329	310

As produções industriais que têm revelado tendências no quadro que se refere às exportações são as constantes do quadro seguinte:

Rubricas	Contos							
	1953		1958		1962		1965	
	Valores	Índice	Valores	Índice	Valores	Índice	Valores	Índice
Peixe e derivados	5 762	100	4 195	72,8	7 955	138,1	8 014	139,1
Sal comum	2 164	100	1 968	90,9	3 122	144,3	2 740	126,6
Pozolanas	–	–	513	100	1 234	240,5	1 251	243,9
Peles e couros	294	100	261	88,8	624	212,2	667	226,9

56. Os quantitativos de mão-de-obra empregue nas indústrias extractiva e transformadora são os seguintes:

Actividades	Mil activos		
	1953	1962	1964
Indústrias extractivas	0,19	0,24	0,25
Indústrias transformadoras . .	1,33	1,54	1,64

57. As realizações no campo industrial não são grandes, nem tão-pouco favoráveis as perspectivas, o que é devido ao pequeno mercado interno e à própria dispersão e localização geográfica do arquipélago.

58. Os mais importantes recursos de subsolo conhecidos são as pozolanas e o sal. Merecem também atenção os calcários, que fornecem matérias-primas para o fabrico de cimento e de cal.

Importa, para além dos trabalhos de prospecção programados, criar as condições para estimular as iniciativas privadas, para um aproveitamento, em condições rentáveis, dos recursos já identificados e dos que venham a ser localizados, incluindo o apoio directo, pelo menos numa fase inicial de arranque.

2. Objectivos

59. Considera-se como objectivo fundamental de todo o desenvolvimento económico de Cabo Verde a criação de volume de emprego necessário para satisfazer a procura resultante do crescimento demográfico.

Este objectivo geral transpõe-se no plano sectorial da indústria transformadora sob a forma de estabelecimento de indústrias rentáveis que permitam absorver mão-de-obra em proporções tão grandes quanto possível.

As indústrias que se encontram nestas condições são, além da indústria da construção e das reparações navais, hoje funcionando em condições deficientes e que interessa modernizar e ampliar, as que transformam produtos agrícolas ou se destinam a satisfazer consumos locais oferecendo mercados razoáveis.

3. Investimentos

60. Os empreendimentos programados para este sector são os seguintes:

1. Indústrias extractivas

a) Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce

Além do aproveitamento de água doce por intermédio da dessalinização da água do mar — caso concreto da cidade do Mindelo, na ilha de S. Vicente, e do aeroporto dos Espargos, na ilha do Sal —, julga-se que a forma mais eficiente para o abastecimento consistirá na captação das águas superficiais, objectivo a considerar noutro capítulo em ligação com outros trabalhos de obras públicas.

Os trabalhos aqui considerados visam ùnicamente a carta hidrogeológica e a aquisição de equipamento de sondagem e materiais diversos.

A orientação técnica ficará cometida ao Centro de Geologia da Junta de Investigações do Ultramar, com a colaboração do Instituto Hidrográfico nos casos em que os trabalhos cartográficos possam interessar à hidrografia.

b) Fomento mineiro

A intensificação da produção de sal e da exportação dos calcários e de pozolanas constituem os objectivos mais importantes neste sector, reconhecendo-se que os problemas a resolver se situam, por vezes, mais no sector da comercialização do que no da produção.

2. Indústrias transformadoras

Das indústrias susceptíveis de instalação em Cabo Verde, consideram-se com maiores possibilidades de sucesso as seguintes:

a) Curtumes. Aproveitamento de couros e peles para fabrico de calçado e artigos de viagem

Convirá preparar a maior gama possível de produtos curtidos nas condições de apetrechamento existentes, fazer uma tentativa de apuramento de custos de produção, para cotejar com os materiais importados, e verificar ainda em que medida uma pequena oficina de calçado poderia aproveitar econòmicamente tais produtos.

Por outro lado, deve tentar-se apurar o interesse em preparar o material curtido, mas não depilado, para aproveitamento no fabrico de artigos de viagem.

Evidentemente que o volume de couros e peles a trabalhar — que não é grande — condicionará grandemente a dimensão da unidade industrial de curtimenta, a qual deverá localizar-se em Santiago, por ser a ilha maior produtora de couros e peles e também por menor dificuldade no abastecimento de água.

As perspectivas quanto a esta indústria, que incluiria, pois, uma unidade para curtimenta e uma pequena oficina para calçado, podem considerar-se favoráveis, pelo menos em face dos elementos de apreciação disponíveis.

b) Industrialização da cana sacarina (melhoramento da aguardente de cana)

Outra indústria que se julga de interesse consiste na valorização da cana sacarina de produção local, já que se considera inviável o aproveitamento do açúcar para a refinação.

Para isso se prevê a comparticipação do Estado numa cooperativa de produtores de cana para transformação em aguardente de qualidade, visando exclusivamente a exportação.

c) Estudo sobre possíveis indústrias a criar

Existem já elementos de estudo acerca de outras poscibilidades industriais.

Assim, por exemplo, a Companhia de Pozolanas de Cabo Verde, S. A. R. L., com o apoio do Estado, no que se refere ao estudo técnico do aproveitamento dos calcários das ilhas de Maio e Boa Vista, vem procedendo ao exame das possibilidades da instalação da indústria do cimento.

Convirá, no entanto, completar e aprofundar tais elementos e proceder a estudos de novas indústrias, entre os quais se anotarão os seguintes:

Estudos económicos e tecnológicos sobre a extracção do óleo de sementes da purgueira e das aplicações que possam conduzir à valorização do óleo;

Estudos técnico-económicos sobre a viabilidade de extracção, à escala industrial, do bálsamo concreto de babosa (*Aloes vera*, L.);

Estudos técnico-económicos sobre a ralagem do coco, visando a sua exportação para a metrópole;

Estudo técnico-económico sobre a indústria de salsicharia;

Estudo da viabilidade de produção semiartesanal de açúcar em rama, para consumo interno sobre esta forma.

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Indústria extractiva	*10 000*
Aproveitamento dos meios de obtenção de água doce	8 000
Fomento mineiro: sal, pozolanas, calcários, etc.	2 000
Indústria transformadora	*7 000*
Estudos	1 500
Ampliação, renovação e criação de novas indústrias	5 500
Total	**17 000**

IV) Indústrias de construção e obras públicas

1. Evolução recente e problemas actuais

61. A indústria de construção e obras públicas em Cabo Verde apresenta, para além da relevância para a execução de planos de fomento decorrente da sua indispensável intervenção na realização dos investimentos infra-estruturais, que normalmente representam parte substancial do conjunto dos investimentos programados, significativo interesse do ponto de vista social.

De facto, a circunstância de esta indústria se caracterizar pela possibilidade de absorção de volumes apreciáveis de mão-de-obra empresta-lhe particular interesse como processo de compensar, pelo menos parcialmente, os efeitos da irregularidade pluviométrica sobre o nível de ocupação na agricultura.

62. As actividades desta indústria têm-se repartido no arquipélago em dois âmbitos, circunscrito o primeiro às obras públicas de maior vulto — entre as quais se destacam a construção de portos e de estradas —, abrangendo o segundo, de menor importância em termos financeiros, mas de indiscutível interesse para a vida da província, a construção civil.

O produto do sector, no seu conjunto, passou de 2,2 milhões de escudos em 1953 para 3,2 milhões em 1963, o que representa um aumento médio anual de 4 por cento. Não se modificou, porém, a sua posição relativa no que se refere à participação no produto interno bruto.

63. Ainda que não seja possível indicar em termos precisos o valor das obras públicas realizadas por esta indústria em Cabo Verde, pode afirmar-se que grande parte dos investimentos públicos efectuados no decurso dos I e II Planos de Fomento e do Plano Intercalar de Fomento se situou no seu âmbito de actividade. Já no que diz respeito à construção civil, os elementos disponíveis informam apenas sobre os edifícios construídos nos centros urbanos mais importantes, o que não poderá constituir indicador adequado.

64. Do ponto de vista da estrutura empresarial, poder-se-á distinguir, ao lado das empresas com dimensão e estrutura capaz de assegurar satisfatòriamente a execução de empreitadas de obras públicas de relevo e cujo número se limita de momento a empresa especializada em obras portuárias, pequenas empresas individuais, de nível, em regra, artesanal, que tomam a seu cargo quase todos os trabalhos de construção civil.

65. Estimativa muito aproximada permite fixar em cerca de 300 000 contos o valor provável de investimentos previstos no III Plano de Fomento, que se traduzem em obras públicas e construções, distribuídos pelos vários sectores, com especial relevo nos capítulos VIII «Transportes e comunicações» (estradas e portos) e XI «Habitação e urbanização».

Tal valor representará, pelo impacte que poderá ter através da criação de empregos e avolumação da massa de salários, efeito nìtidamente positivo no desenvolvimento económico da província. Há, no entanto, que registar que, dada a insuficiência da produção local de materiais de construção (apenas se pode apontar a existência de uma pequena indústria de cal e de recursos vastos de pozolanas, de utilização demasiado especializada para poder ter significado ao nível provincial), a realização destes investimentos não deixará de pesar na balança comercial e de pagamentos.

2. Objectivos

66. O objectivo essencial a perseguir neste sector consistirá em assegurar as condições para que a indústria de construção e obras públicas possa fazer face, em condições convenientes, de técnica e de custos, às necessidades do desenvolvimento económico da província e, em particular, de realização dos investimentos infra-estruturais considerados no III Plano de Fomento.

Simultâneamente, haverá que procurar garantir à mão-de-obra local estabilidade no emprego e possibilidade de,

através da acção de formação profissional, progresso no nível de produtividade e, consequentemente, de salários, e, por outro lado, aproveitar no mais alto grau que seja viável os materiais de construção existentes no arquipélago.

3. Investimentos e medidas de política

67. A natureza dos objectivos visados não exige que sejam considerados, para o efeito, investimentos específicos. Torna-se, porém, indispensável a efectivação de um conjunto de medidas, parte das quais se situam fora do âmbito do sector, entre as quais figuram o escalonamento e encadeamento dos concursos para empreitadas de obras públicas, de modo a permitir a regularidade e continuidade de trabalhos às empresas adjudicatárias, como condição para a sua permanência a níveis operacionais na província e para a consolidação e crescimento de novos empreiteiros locais, a limitação ao mínimo do recurso a obras por administração directa, a inventariação dos recursos naturais com interesse para a construção civil e obras públicas e o fomento das indústrias e do seu aproveitamento e o desenvolvimento de acções convenientes para a formação e valorização profissional da mão-de-obra local, tendo em vista não apenas as necessidades do arquipélago, mas de todo o espaço português.

V) Melhoramentos rurais

1. Evolução recente e problemas actuais

68. É sensível o esforço realizado, sobretudo no decurso do Plano Intercalar de Fomento, no sentido de promover o abastecimento de água de numerosas povoações. No prosseguimento desse esforço, prevêem-se numerosos empreendimentos nas diversas ilhas.

69. Tendo-se realizado na ilha de Santo Antão abastecimentos de água, sobretudo na zona norte, neste Plano prosseguirão os abastecimentos no Sudoeste e Noroeste, pràticamente iniciados com a obra da Coxa, em conclusão na vigência do Plano Intercalar.

Assim, incluem-se os aglomerados de Monte Trigo, Pascoal Alves, Chã de Carneiro, Água Amargosa, Ribeira da Cruz, Ribeira Fria, Ribeira Larga e Morro de Vento.

É de salientar a construção de uma cisterna em Pascoal Alves, já que as pesquisas de nascentes feitas em 1960 se revelaram pouco frutíferas, e a reconstrução da captação de Água Amargosa, destruída pelas cheias, a qual serve os aglomerados de Água das Patas, Aldeia e Água Amargosa, com cerca de 1000 habitantes no total.

No concelho do Paul consideram-se os abastecimentos de Campo de Cão e Figueiral, Ribeira das Pombas, Fajã da Janela, densamente habitada, e Pontinha da Janela.

70. Nos diversos abastecimentos a realizar na ilha de S. Nicolau, considera-se em primeiro lugar o abastecimento de água domiciliário da vila da Ribeira Brava, das mais importantes da província e sede de concelho. A construção da rede está dependente da existência de água em quantidade suficiente.

Prevê-se o abastecimento da povoação do Tarrafal, segundo centro populacional da ilha, já com mais de 800 habitantes, por adução gravítica ou bombagem de captações por poços.

Dependente de aproveitamento das águas do Torno, de esplêndida qualidade, e dos maiores caudais da ilha, e sua adução para fins hidroagrícolas, encara-se o abastecimento das povoações ao longo do percurso do Espigão até ao Calejão.

Os lugares de Fontainhas, Palhal, Hortelã e Cabeçalinho, com cerca de quatro centenas de habitantes cada um, dispõem de nascentes utilizadas para rega, sendo, no entanto, necessário melhorar as condições higiénicas, canalizando, independentemente, água para abastecimento, construindo reservatórios próprios e fontanários. Os aglomerados da Julunga, no Leste, Pomba e Mofina também são incluídos neste Plano.

Inclui-se igualmente o melhoramento do abastecimento da estância de Brás e regiões vizinhas, em íntima ligação com a elevação da água dos Anjos para fins hidroagrícolas, possìvelmente por aeromotores.

Vila de Santa Maria, na ilha do Sal, sede do concelho, com 600 a 700 habitantes, dispõe de um abastecimento por fontanário, sendo a água proveniente de poços de captação no Algodoeiro. Por falta de recarga dos lençóis, as águas tornam-se cada vez mais salobras, pelo que a administração do concelho vem pondo o problema de outros meios de obtenção de água doce, designadamente por dessalinização, já que as pesquisas localmente realizadas têm conduzido a água de maior teor salino.

Considera-se, pelo exposto, justificada a necessidade de instalar um dessalinizador, que, com a produção diária de 10 m³ a 15 m³, resolveria o problema.

71. Prevêem-se abastecimentos de água das regiões de nordeste da ilha de Santiago ainda não beneficiadas (Salto Acima, Pilão Cão e S. Miguel), construção de cisternas de captação de águas pluviais na zona central (serra da

Malagueta e zona alta da Figueira das Naus) e o abastecimento do Porto do Rincão, no concelho de Santa Catarina; ainda neste concelho consideram-se obras de defesa da povoação da Ribeira da Barca, constantemente ameaçada pelas cheias.

72. Os empreendimentos considerados na ilha do Fogo são o aproveitamento das águas de Nossa Senhora do Socorro, a extensão do abastecimento de água de Praia Ladrão para o norte e a construção de algumas cisternas nas regiões altas.

A nascente de Nossa Senhora do Socorro, grande manancial que aflora à beira-mar, deverá ser captada e elevadas as suas águas até à zona do Patim, cerca da cota 550, o que permitirá abastecer os aglomerados do Sul, de Patim a Cova Figueira, numa extensão linear de 18 km.

A execução dos trabalhos que acabam de ser referidos permitirá aliviar o sistema de Praia Ladrão de aproximadamente três milhares de consumidores potenciais, tornando possível prolongar para o norte, de S. Pedro até Mira, a rede projectada no ano que decorre.

73. No sector da electrificação rural, foi dada prioridade às povoações onde a dimensão dos agregados e a sua evolução podem assegurar uma rentabilidade mínima aos investimentos programados.

2. Investimentos

74. Os investimentos previstos são, em resumo, os seguintes:

Melhoramentos rurais

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Abastecimento de água	*24 000*
Ilha de Santo Antão	1 800
Ilha de S. Nicolau	1 500
Ilha do Sal	1 000
Ilha da Boa Vista	600
Ilha de Santiago	1 600
Ilha do Fogo	6 500
Ilha Brava	2 200
Estudos e projectos	900
Pesquisas, sondagens e trabalhos diversos	1 900
Encargos gerais	6 000

Empreendimentos	Contos
Electrificação de povoações	*12 000*
Vilas de Maria Pia e Ribeira Grande	2 800
Vila das Pombas (Paul)	800
Vila de Porto Novo	1 900
Vila da Ribeira Brava	1 200
Vila de Sal-Rei	700
Vila de Maio	500
Vila de Nossa Senhora do Monte (ilha Brava)	1 100
Outras povoações	2 400
Encargos gerais	600
Total	**36 000**

VI) Energia

1. Evolução recente e problemas actuais

75. Dadas as pequenas dimensões das ilhas, não há no arquipélago rios dignos desse nome, mas simplesmente alguns caudais diminutos e irregulares. Em contrapartida, o arquipélago parece oferecer boas possibilidades de aproveitamento das energias solar e eólica.

76. Como ainda não está realizado significativamente o aproveitamento destes dois tipos de energia, as instalações de energia eléctrica da província são constituídas na sua totalidade por geradores *Diesel* eléctricos.

A potência instalada em Cabo Verde, em 1966, era de 2552 kVA, assim distribuídos: cidade da Praia, 368 kVA; Mindelo, 1991 kVA; outras localidades, 193 kVA. Podem contar-se ainda hoje quatro ilhas sem energia eléctrica.

2. Objectivos e investimentos

77. Embora se não disponha de elementos para o cálculo correcto da capitação do consumo de energia eléctrica, pode afirmar-se que esta se situa em nível baixo. Os projectos de electrificação e ampliação das centrais já elaborados ou em curso de elaboração pelos serviços oficiais previam uma potência a instalar de cerca de 1500 kVA.

78. Considera-se, pois, essencial, além da melhoria das condições de abastecimento de energia das três cidades da província (Praia, Mindelo e S. Filipe), o prosseguimento dos estudos com vista à instalação de aeromotores e à utilização da energia solar na dessalinização da água do mar.

Energia

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Estudos, produção, transporte e distribuição . .	*23 800*
Ampliação da central e rede da cidade da Praia	5 000
Ampliação da central e rede da cidade do Mindelo	10 500
Ampliação da central e rede da cidade de S. Filipe	3 400
Aproveitamento da energia eólica	600
Estudos e instalações com vista ao aproveitamento da energia solar na dessalinização da água do mar	3 000
Encargos gerais, estudos e projectos	1 300
Total	**23 800**

VII) Circuitos de distribuição

79. Os estímulos necessários para acompanhar o agricultor na conversão para uma economia de mercado deverão incidir no desenvolvimento dos meios de comercialização, a fim de facilitar o transporte, a armazenagem e a distribuição dos produtos.

É na comercialização que se encontram os aspectos mais difíceis de resolver num meio em que as cooperativas ou quaisquer associações congéneres ainda não fizeram a sua aparição. Além disso, e no contexto mais vasto de todas as actividades interessadas, há que considerar a necessidade do estabelecimento de uma rede de frio adequada às necessidades de uma agricultura produzindo para o exterior.

Circuitos de distribuição

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Comercialização e armazenagem	3 400

VIII) Transportes, comunicações e meteorologia

1. Evolução recente e problemas actuais

80. A rede rodoviária tem sofrido consideráveis melhorias e ampliações. Em 1966 a província dispunha de 284 km de estradas novas, sendo 100 km pavimentadas e 533 km de estradas antigas, em serviço, sem as características definidas no plano rodoviário.

81. Os principais portos do arquipélago são o Porto Grande, em S. Vicente, e o Porto Novo, em Santo Antão.

A tonelagem de arqueação bruta movimentada no Porto Grande foi, no ano de 1966, de cerca de 11 milhões.

Entre 1956 e 1964 foram construídos cais acostáveis naqueles portos e adquiridas embarcações e equipamentos portuários.

Actualmente encontram-se em curso, nos citados portos, obras complementares, e no de Vale de Cavaleiros, na ilha do Fogo, a construção de um molhe acostável.

82. O problema da navegação de cabotagem não se encontra ainda resolvido, dispondo a província de um único navio a motor com boas condições, o *Mira-Terra*, e de alguns antiquados veleiros.

83. As necessidades de farolagem do arquipélago são muito grandes, dado o estado precário em que se encontram os faróis existentes.

84. A província conta actualmente, além do aeroporto da ilha do Sal, preparado para receber qualquer avião moderno, com quatro aeródromos: da Boa Vista, pista de 1400 m×30 m, de terra batida; de S. Nicolau, pista de 1400 m×30 m, com tratamento betuminoso numa faixa de 1400 m×20 m; de S. Vicente e Praia, pistas de 1200 m×30 m, com tratamento betuminoso em 800 m. Todos podem receber aviões do tipo *Dakota*.

85. Quanto às telecomunicações, o panorama tem-se apresentado estacionário nestes últimos anos. Existiam, em 1965, 29 estações telegráficas e 2 radiotelegráficas, além de 2 estações telefónicas e 578 postos.

2. Objectivos

86. Os objectivos deste sector poderão parecer exagerados em relação aos demais. Proceder de maneira diferente seria ignorar a situação geográfica da província,

repartida numa série de ilhas de reduzidas dimensões, exigindo, assim, especiais cuidados os meios de comunicação.

Sem a sua prossecução não é possível atingir os objectivos gerais que se propõem.

1. Transportes rodoviários

87. O incremento a dispensar à agricultura requer apreciável alargamento dos transportes rodoviários, sobretudo nas ilhas em que a mesma se torne possível. Santo Antão, o maior alfobre da província em produtos alimentares, dispõe ainda de óptimos tractos de terrenos, mas o correspondente transporte utilizável confina-se apenas ao dorso do animal.

Santiago é possìvelmente aquela ilha que melhores potencialidades económicas oferece, dado que a disposição do relevo não é tão desfavorável como em Santo Antão ou no Fogo.

Nestas ilhas, como nas demais, há necessidade de incrementar actividades directamente produtivas, quer se trate do sector agrícola, quer do industrial, ou mesmo do turístico, o que postula a necessidade de dispor de transportes rodoviários adequados, já como processo de escoamento dos produtos, já como meio geral de comunicação.

2. Portos e navegação

88. A localização da província em pleno Atlântico e a sua distribuição por ilhas a distâncias apreciáveis entre si justifica plenamente que aos portos e à navegação de cabotagem seja dada particular relevância. Na medida em que Cabo Verde importa grande parte do que consome e exporta bens de fraco valor unitário, como o sal, as pozolanas e as bananas, foi de todo o interesse a remodelação do porto Grande de S. Vicente, que permite já a atracação da quase totalidade dos barcos que cruzam o Atlântico, e a construção de um molhe no Porto Novo, em Santo Antão, local de embarque das pozolanas.

Torna-se necessário, portanto, completar o apetrechamento dos portos já contemplados nos planos de fomento anteriores e melhorar outros.

89. Assim, ao abrigo do III Plano de Fomento, em relação ao Porto Grande, considerou-se necessário dotá-lo de edifícios e apetrechamentos portuários que permitam uma eficiente exploração dos cais já construídos, não esquecendo o problema vital das reparações navais.

90. O Porto Novo de Santo Antão, que virá a ser o ponto de encontro das estradas que atravessam a ilha, e por onde já hoje se exporta a pozolana, cujas instalações fabris se situam a cerca de 2 km, será, também, depois de um mais racional aproveitamento da produção agrícola, um grande porto de exportação de géneros alimentares de que o arquipélago carece. Entretanto, há que dotá-lo com equipamento portuário e edifícios próprios.

91. A ilha do Fogo carece urgentemente de ver solucionados os seus prementes problemas portuários, de modo que os embarques e desembarques de pessoas e mercadorias, por via marítima, deixem de constituir tão arriscada aventura. Para o efeito foi considerada a conclusão das obras do porto de Vale de Cavaleiros já iniciadas, a construção de edifícios e a aquisição de equipamentos.

92. Há também que executar obras portuárias na ilha de Santiago, cujo projecto foi afecto ao Plano Intercalar de Fomento. A caracterização e dimensionamento deste porto estão dependentes, em larga medida, da evolução do sector da pesca.

Torna-se imperioso que as obras acostáveis a levar a efeito não deixem de assegurar adequada serventia a unidades mercantes da ordem das 10 000 t brutas, o que determina a necessidade de se dispor de cais situados em fundos úteis de (−10 m).

93. Sendo o sal um dos produtos que mais pesam nas exportações cabo-verdianas, é aconselhável prever obras acostáveis mais próximas da sua exploração. Não faz sentido, com efeito, que a exploração se efectue num extremo da ilha e a exportação no outro, quando tão próxima daquela existem condições favoráveis para um cais acostável.

Tratando-se de um produto pobre em valor unitário, são de todo o interesse as reduções dos custos resultantes de permanência no porto e dos evitáveis transportes.

Independentemente das razões analisadas, a prevista zona da Murdeira para o lançamento de um cais acostável na ilha do Sal oferece as garantias de um local abrigado, com bons fundos para manobras.

Acontece, porém, que a localização da amarração do cabo submarino para a África do Sul não permite localizar-se nessa zona o porto da ilha do Sal, pelo que há que procurar-se outra localização. Nestas condições, deverá ser inscrita apenas a dotação necessária aos respectivos estudos.

94. Há que dotar com edifícios e equipamentos portuários os portos de Sal-Rei, na ilha da Boa Vista, de Porto Inglês, na ilha do Maio, da Preguiça, na ilha de S. Nicolau, e da Furna, na ilha Brava.

95. Para solucionar o problema da cabotagem do arquipélago, torna-se necessário prever meios adequados de ligação marítima que substituam os antiquados veleiros hoje em serviço. Considera-se que uma pequena frota de embarcações motorizadas, mistas para carga e passageiros, seguras e rápidas, possa constituir solução.

96. Há que estabelecer, em condições, o serviço costeiro de apoio à navegação, ampliando e reparando os faróis existentes e montando novos.

3. Transportes aéreos e aeroportos

97. É essencial a conclusão dos trabalhos já previstos no Plano Intercalar, mas que, por motivos de vária ordem, não puderam ser levados a cabo, dizendo respeito à ultimação das pistas de aterragem nas diversas ilhas, à aquisição de material de voo, sinalização e, bem assim, ao material de combate a incêndios.

Torna-se ainda necessário adquirir material de telecomunicações e prevenir o fornecimento de energia e a construção de esgotos para as pistas que vierem a entrar em funcionamento no decorrer do III Plano de Fomento.

Além disso, pela importância que poderão vir a ter para um fomento turístico, há que determinar o peso de ruptura das actuais pistas de S. Vicente e Praia, a fim de de se encarar um possível prolongamento futuro.

Constitui ainda objectivo visado a ampliação e consolidação da estrutura orgânica dos serviços aéreos da província, assim como a ampliação da sua capacidade de transporte.

4. Telecomunicações

98. O impulso que vem sendo imprimido ao desenvolvimento do arquipélago exige que a província seja dotada de um complexo moderno, automatizado e funcional no domínio das telecomunicações.

Alguns empreendimentos estão prestes a concretizar-se, graças à dotação do Plano Intercalar. Entre esses contam-se a ampliação das centrais telefónicas automáticas e respectivas redes, as ligações de algumas ilhas (Santiago-Maio, Brava-Fogo e S. Vicente-Santo Antão) por feixes hertzianos dirigidos, que, associados a centrais dotadas de junções automanuais, permitirão a marcação automática directa à distância, quando interligadas a uma central automática.

Os empreendimentos atrás enumerados ficarão totalmente integrados na rede que se projecta concluir através do III Plano de Fomento, com vista a constituir, no conjunto, um complexo eficiente e moderno.

O critério adoptado com vista ao escalonamento foi o da evolução a partir de eixos de tráfego de elevada densidade, apoiados nos principais centros zonais, que, por integrações sucessivas, irão alcançar a fase de estruturação das redes locais. Assim, não só serão proporcionados os meios de escoamento de tráfego, como serão também ampliados os meios de recolha.

Por outro lado, se a situação privilegiada de Cabo Verde no cruzamento das rotas atlânticas nos confere direitos, da mesma forma e no mesmo grau nos vincula a responsabilidades.

Nesta conformidade e ponderados todos os factores intervenientes, foram fixados os seguintes objectivos a serem cumpridos por ordem de prioridades:

Estabelecimento do serviço costeiro de apoio à navegação;

Comunicação entre ilhas (ligações da distribuidora principal — Praia - com os centros de zona de distribuição);

Traçados interurbanos (ligações dos centros de zona de distribuição aos centros de grupos de redes);

Traçados telefónicos (ligações dos centros de grupos de redes às redes locais);

Estruturação e constituição de redes locais.

3. Investimentos

1. Transportes rodoviários

99. O estabelecimento do programa dos investimentos rodoviários foi condicionado pela necessidade de garantir um mínimo de trabalhos que, admite-se, torne viável a deslocação para o arquipélago de empreiteiros devidamente equipados.

Na selecção das estradas incluídas no III Plano de Fomento deu-se prioridade às que mais possam contribuir para o desenvolvimento económico da província:

a) Por permitirem o escoamento de zonas agrícolas de regadio, aptas para a cultura de produtos de exportação;

b) Por servirem zonas susceptíveis de aproveitamento turístico.

A ilha mais beneficiada é a de Santo Antão, por ser aquela em que é mais acentuada a carência de vias de comunicação. Vales como os da Ribeira da Cruz, Altomira,

Figueiras e Graça não têm qualquer saída, por mar ou por terra, para os seus produtos.

Seguem em valor global de empreendimentos a de Santiago, maior, mas já mais bem servida por vias rodoviárias, e a do Fogo, onde a zona mais produtiva (Norte) não é acessível a veículos automóveis.

Os empreendimentos cuja execução se prevê para o sexénio constam do seguinte mapa-resumo.

Resumo geral

	Terraplenagens e obras de arte — Quilómetros	Pavimentação — Quilómetros
Santo Antão	92	43
S. Vicente	15	15
S. Nicolau	10	10
Sal	15	15
Boa Vista	10	–
Santiago	62	62
Fogo	25	25
Brava	4	4
Total	233	174

2. Portos e navegação

100. Para o Porto Grande de S. Vicente distribuíram-se os investimentos pelos diferentes serviços essenciais a uma adequada exploração:

Serviços de atracação — aquisição de um rebocador de 600 C. V. e de uma lancha a motor de 50 C.V. e de 6 t, para passagem de cabos à terra;

Serviços de electricidade e comunicações — instalação eléctrica de iluminação exterior (2.ª fase — terraplenos e cais de pesca);

Serviços de mercadorias, de passageiros, de abastecimento de água, de pesca, de incêndios, de saúde, aduaneiros, marítimos e de administração — edifícios, pavimentações, esgotos, vedações e equipamento portuário, incluindo a aquisição de lanchas a motor de 50 C. V. e de 5 a 8 t, moto-bombas, batelões e elevadores rodoviários.

Serviços de reparações navais — comparticipação da província, no valor de 5000 contos.

Para o Porto Novo de Santo Antão inclui-se, no equipamento portuário, a aquisição de um guindaste automóvel para 6 t, compreendendo ainda a construção de edifícios portuários.

Para o porto de Vale de Cavaleiros, na ilha do Fogo, programaram-se obras, edifícios e equipamento portuários.

O inventário das necessidades do porto da Praia inclui, além de obras acostáveis e de edifícios, no equipamento portuário, a aquisição de um rebocador de 600 C. V. e de uma lancha de 50 C. V. para passagem de cabos à terra.

Dada a impossibilidade de construir o porto na baía da Murdeira, em face da sua escolha para local de amarração do cabo submarino, refere-se, por memória, a construção de um porto na ilha do Sal.

Para os portos de Sal-Rei, na ilha da Boa Vista, Porto Inglês, na ilha do Maio, Preguiça, na ilha de S. Nicolau, e Furna, na ilha Brava, programaram-se obras acostáveis, edifícios e equipamentos portuários.

O estudo do problema da cabotagem foi considerado na verba de estudos e projectos. Prevê-se a dotação de 2200 contos para pagamento das prestações do navio recentemente adquirido, o *Mira-Terra*.

Para satisfazer, em parte, as necessidades de faroladagem existentes no arquipélago, prevê-se a dotação de 5000 contos.

Para estudo das várias realizações portuárias a incluir no III Plano de Fomento, que compreenderá todos os portos e o planeamento da cabotagem, prevê-se uma verba de 5000 contos.

3. Transportes aéreos

101. No que se refere a infra-estruturas, há que proceder às seguintes obras: conclusão das pistas da Praia, S. Vicente e S. Nicolau, construção das pistas da Boa Vista, Maio e Fogo, instalação de energia, água e esgotos, construção de edifícios e aquisição e montagem de equipamento electrónico nos aeródromos a estes construídos, e aquisição de material contra incêndios.

Os T. A. C. V. possuem dois aviões *DH 104 — Dove*. Os trabalhos de revisão e beneficiação executados permitirão que estes aviões prestem, sob o aspecto operativo, serviços durante mais alguns anos.

Há que atender-se, porém, a que são aviões de capacidade reduzida a nove lugares, para pessoas, pelo que o aumento de solicitações obriga à aquisição de mais um avião do mesmo tipo. Porém, se os empreendimentos turísticos projectados se tornarem uma realidade, será indispensável que os T. A. C. V. disponham de aviões de maior capacidade, por forma a poder dar resposta às exigências de tráfego ocasionado pelo afluxo de turistas.

No estabelecimento de prioridades, julga-se mais conveniente a conclusão e o equipamento dos aeródromos

existentes, de conformidade com o plano director inicial, tendo-se em atenção o serviço dos aviões ora existentes, seguindo-se a sua ampliação e adaptação ao esperado serviço do exterior.

Está prevista a manutenção, pelo menos temporária, do actual contrato de assistência técnica T. A. P. ao serviço de transportes aéreos na província; será conveniente que permaneçam os contactos com aquela entidade sob o aspecto de consultor técnico.

4. Telecomunicações

102. Com vista a estabelecer e estruturar um complexo eficiente, moderno e funcional no domínio das telecomunicações, há que proceder aos seguintes empreendimentos:

Estabelecimento do serviço costeiro de apoio à navegação, que abrange obras de construção civil de carácter infra-estrutural (construção de dois centros de radiocomunicações na Praia e no Mindelo), instalação de grupos de energia e respectivas redes; equipamento e material para a efectivação do serviço radiotelegráfico, radiotelefónico e radiogoniométrico, com vista a apoiar a navegação nacional (de longo curso e de cabotagem) e internacional; transferência do material existente para os novos centros; viaturas para a montagem e subsequente exploração dos centros e outros trabalhos inerentes aos empreendimentos.

Comunicações entre ilhas, ou seja a efectivação de ligações da distribuidora principal da Praia com os centros de zona de distribuição. Inclui o apetrechamento dos centros de radiocomunicações da Praia e do Mindelo com equipamento multicanal, que possibilitará a operação simultânea, no domínio do tempo e separada no domínio de frequência, de vários canais de fonia e telegrafia automática, por teleimpressão directa; do Sal, com equipamento monocanal, que possibilitará, com uma partilha no domínio de frequência, a operação simultânea de um canal telefónico e um telegráfico automático (teleimpressão directa) e das estações radiotelégrafo postais de S. Filipe, Sal-Rei e Ribeira Brava, apetrechadas com equipamento monocanal em banda lateral única, por forma a proporcionar fonia de boa qualidade ou telegrafia manual-auditiva.

Prevê-se igualmente a construção de edifícios para as estações radiotelégrafo postais do Sal, S. Filipe, Sal-Rei e Porto Novo e a instalação de grupos electrogéneos em S. Filipe, Sal-Rei e Ribeira Brava.

Traçados interurbanos. — Este empreendimento integra as ligações entre os centros de zona de distribuição e os centros de grupos de redes em todas as ilhas do arquipélago. Prevê-se também a aquisição de uma máquina centrifugadora para a confecção de postes.

Traçados telefónicos. — Concretizará as ligações no domínio de centros de grupos de redes e redes locais em todas as ilhas do arquipélago.

Redes locais. — Inclui a estruturação de pequenas redes de bateria central no arquipélago, como instrumentos de recolha de tráfego. Está associado à construção de edifícios destinados às estações telégrafo-postais de Santa Maria, Santa Catarina, Ribeira Grande, Paul e Mosteiros.

Obras de construção civil. — Referem-se a obras de construção civil complementares no Maio, Tarrafal, Nova Sintra, Ribeira Brava e Vila Maria Pia.

Transportes, comunicações e meteorologia

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Transportes rodoviários	*115 000*
Estradas na ilha de Santo Antão	50 000
Estradas na ilha de Santiago	45 000
Estradas na ilha do Fogo	10 000
Estradas na ilha de S. Vicente	7 000
Estradas na ilha de S. Nicolau	0000
Estradas na ilha do Sal	5 000
Estradas na ilha da Boa Vista	2 000
Estradas na ilha Brava	2 000
Encargos gerais	18 000
Caminhos de ferro	
Portos e navegação	*125 650*
Porto Grande de S. Vicente	18 000
Porto Novo de Santo Antão	1 500
Porto de Vale de Cavaleiros, na ilha do Fogo	4 700
Porto da Praia, na ilha de Santiago	68 000
Porto a estabelecer na ilha do Sal	P. M.
Porto de Sal-Rei, na ilha da Boa Vista	1 500
Porto Inglês, na ilha do Maio	6 900
Porto da Preguiça, na ilha de S. Nicolau	8 400

Empreendimentos	Contos
Porto da Furna, na ilha Brava	4 450
Cabotagem	2 200
Hidrografia e farolagem	5 000
Estudos e projectos	5 000
Transportes aéreos e aeroportos	*30 000*
Aeródromos da rede interna	25 100
Assistência técnica aos T. A. C. V.	2 750
Material de voo	1 500
Encargos gerais	650
Telecomunicações	*29 000*
Estabelecimento do serviço de apoio à navegação	10 000
Comunicações entre ilhas	9 700
Traçados interurbanos	2 850
Traçados telefónicos	2 950
Redes locais: centrais telefónicas manuais e respectivas redes	2 650
Construção de edifícios	850
Meteorologia	—
Total	**329 650**

IX) Turismo

1. Evolução recente e problemas actuais. Objectivos

103. A província reúne boas condições naturais para o turismo.

A aliar às óptimas condições do clima e do ambiente, há que fazer referência ao aspecto paisagístico (contrastes de vegetação e de relevo), às francas possibilidades das praias e da pesca submarina e ao folclore local.

Não se ignorando o interesse suscitado por estrangeiros, nomeadamente os Nórdicos, aquando das suas visitas ao arquipélago, reconhece-se que, para atracção de fluxos turísticos, as infra-estruturas fundamentais terão de sofrer grande desenvolvimento. Ter-se-á de proceder, por exemplo, a uma reestruturação de tudo quanto se relacione com a obtenção de água doce e de promover o lançamento de meios de comunicação e a construção de estabelecimentos hoteleiros.

2. Investimentos

104. Não é, porém, possível programar este desenvolvimento no seu conjunto, já que muito depende da concretização de intenções já manifestadas e de projectos em

vias de elaboração. Por isso se limitam, por agora, as realizações programadas ao completamento das infra-estruturas turísticas disponíveis:

Praia:

a) Ampliação do piso inferior da pousada e construção de um segundo piso;
b) Equipamento, apetrechamento e imprevistos;
c) Arranjo da zona balnear;
d) Apetrechamento e instalação do C. I. T., incluindo um carro privativo;

Outras zonas:

e) Subsídios para outras pequenas pousadas, em Santa Catarina e Tarrafal (Santiago), Fogo, Santo Antão e ampliação da de S. Vicente.

A juntar ainda: o aproveitamento do Curralinho, onde se construiriam seis *bungalows* (1.ª fase).

Prevê-se ainda o estudo urgente do aproveitamento das possibilidades de desenvolvimento turístico, ficando a realização de empreendimentos públicos no sector condicionada pelos investimentos efectuados por empresas privadas.

Turismo

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Infra-estruturas hoteleiras	*6 300*
Pousada da Praia	2 100
Outros estabelecimentos	4 200
Promoção turística	*1 500*
Apetrechamento e instalação do C. I. T.	300
Fomento turístico	1 200
Total	**7 800**

X) Educação e investigação

1. Educação

1. Evolução recente e problemas actuais

105. Em 1953 o número de alunos inscritos no ensino primário (oficial e particular) era de 6167; em 1964 era de 18 150, o que significa que quase triplicou em relação

a 1953. Aquele quantitativo representa mais de 55 por cento da população escolar da província.

Por seu turno, o pessoal docente passou de 149 professores em 1953 para 378 em 1964, ou seja, cresceu a uma taxa anual de 8,8 por cento. O número de salas cresceu a uma taxa inferior a 1 por cento (0,9 por cento) por ano, e para o número de escolas a taxa homóloga era de 1,2 por cento. Tendo em conta a taxa de crescimento demográfico, verifica-se que a capacidade de escolas, de equipamento e pessoal existentes atingiu o ponto de saturação.

Rubricas	Números absolutos		Aumentos relativos — Percentagens	Taxa anual
	1953	1964		
Alunos inscritos (1)	6 167	18 150	194	10,3
Pessoal docente (2)	149	378	154	8,8
Percentagem de (1)/(2)	*41*	*48*		
Escolas (3)	86	183	113	7,1
Salas de aula (4)	117	307	162	9,2
Percentagem de (1)/(4)	*53*	*59*		
Percentagem de (4)/(3)	*1,4*	*1,7*		

O número de alunos a cargo de cada professor e o número de alunos por sala de aula são crescentes. A percentagem de aproveitamento, que em 1953 era de 62 por cento, tinha em 1964 o valor de 61 por cento. Daqui se infere que, embora as salas de aula e os professores tenham aumentado em número, são ainda manifestamente insuficientes para as necessidades decorrentes do aumento de alunos inscritos.

106. Quanto ao ensino secundário, o esforço feito no período de 1953 a 1964 foi ainda maior. Até 1960 existia um só liceu na província, o do Mindelo, que tinha desde 1955 uma secção a funcionar na cidade da Praia; a partir de 1960 passaram a existir dois liceus (Praia e Mindelo).

O ensino técnico e profissional é ministrado numa escola industrial e comercial, funcionando no Mindelo desde 1957.

Existem ainda um seminário (Praia), duas escolas de enfermagem (Praia e Mindelo), uma escola de aprendizado agrícola (S. Jorge dos Órgãos — Santiago), uma es-

cola de artes e ofícios (Praia) e institutos de cursos especiais.

É o seguinte o movimento do ensino secundário durante o período considerado:

Rubricas	Números absolutos		Aumentos relativos — Percentagens	Taxa anual
	1953	1964		
Ensino liceal:				
Alunos inscritos (1)	635	1 076	69	4,9
Pessoal docente (2)	22	41	86	5,8
Percentagem de (1)/(2)	29	26	–	–
Estabelecimentos (3)	1	2	100	7,2
Salas de aula (4)	22	44	100	7,2
Percentagem de (1)/(4)	29	24	–	–

Rubricas	Números absolutos		Aumentos relativos — Percentagens	Taxa anual
	1957	1964		
Ensino técnico:				
Alunos inscritos (1)	127	669	426	16,3
Pessoal docente (2)	2	56	2 700	35,4
Percentagem de (1)/(2)	64	12	–	–

Em resumo, verifica-se que os problemas do ensino em Cabo Verde são prementes, mormente no que se refere ao ensino primário, sector em que é necessário um grande esforço de recuperação. Quanto ao ensino secundário, parece que, a efectivar-se um programa acelerado de desenvolvimento económico, conviria incrementar-se para isso o ensino técnico (industrial, agrícola e comercial).

2. Objectivos

107. Os objectivos no subsector Educação para o III Plano de Fomento são:

1.º *No ensino primário: generalização progressiva do ensino, de forma a escolarizar 70 por cento da população em idade escolar, em 1973.*

Para atingir tal objectivo e partindo das seguintes hipóteses de base:

a) Desenvolvimento da população com variações decenais de crescimento; a década de 1961-1970 sem crises; movimento migratório não considerado;

b) A população escolar primária (dos 6 aos 14 anos) corresponde a 18 por cento da população total;

torna-se necessário que:

a) A população escolar cresça à taxa anual de 8 por cento;

b) O quadro de pessoal docente compreenda:

45 por cento de professores primários;
45 por cento de professores de posto escolar;
10 por cento de monitores escolares.

c) A província disponha, por si só ou em colaboração com outras províncias, designadamente a Guiné, de um órgão de orientação pedagógica e de apoio ao seu quadro docente.

2.º *Educação de adultos: intensificação da educação de adultos.*

a) A formação social dos indivíduos;
b) O desenvolvimento e melhor aproveitamento das potencialidades humanas das comunidades rurais, designadamente a capacidade de cooperação e auxílio mútuo;
c) Alfabetização;
d) Valorização do «investimento humano», com fundamento na ideia de que a falta de capital pode ser compensada com mais amplo apelo à oferta de mão-de-obra abundante, todas as vezes que o trabalho pode substituir o capital nos programas de valorização dos recursos locais.

Reconhecido o valor estimulante representado pela quantificação de objectivos na realização dos programas de empreendimentos, definem-se como metas a atingir nesta parte do sector, no fim do sexénio, as seguintes:

1) Abranger 10 por cento a 15 por cento da população adulta (dos 15 aos 60 anos) com as campanhas de educação de adultos;
2) Contribuir para proporcionar aos pequenos empreendimentos de interesse local de 180 000 a 240 000 dias-homem de trabalho.

A definição de tais objectivos parte das seguintes hipóteses de base:

a) A população adulta (15 aos 60 anos) cresce de 127,1 para 150,8 milhares de indivíduos no período do III Plano de Fomento;

b) Após o primeiro ano de preparação, a campanha de educação de adultos decorre em cada ano numa zona prèviamente definida, compreendendo uma população adulta de 3000 a 4500 indivíduos;

c) A campanha de educação de adultos decorre em cada zona em três fases de duração anual: preparação, actuação e consolidação.

3.º *Ensino secundário, médio e superior: ampliação das possibilidades de acesso ao ensino secundário e aos ensinos médio e superior.*

Num plano a mais longo prazo — 15 anos — 30 por cento dos alunos que concluam o ensino primário deverão ter acesso ao ensino secundário.

A acção a desenvolver deverá estimular a preferência pelo ensino técnico (industrial, agrícola e comercial), com o fim de preparar mão-de-obra qualificada, quer para corresponder às exigências do desenvolvimento económico da província, quer para permitir maior defesa aos emigrantes, devendo incluir a preparação de pessoal de hotelaria, modalidade cuja integração no sistema educacional da província oferece perspectivas na projecção para o conjunto do espaço económico nacional.

No âmbito dos ensinos médio e superior, o objectivo deverá concretizar-se essencialmente através de:

a) Criação de uma escola de magistério primário;

b) Aumento do número de bolsas de estudo para frequência de estabelecimentos de ensino médio e superior em Angola e na metrópole, com vista especialmente à formação dos quadros docentes necessários.

4.º *Criação e difusão dos meios necessários de leitura e de conhecimento destinados a impedir os alfabetizados de esquecerem o que aprenderam e a estimular o pensamento e as atitudes positivas na linha do desenvolvimento económico-social que se prossegue.*

A realização deste objectivo deverá ser encarada ao nível interprovincial ou mesmo nacional.

5.º *Bolsas de estudo.*

Destinam-se a facultar a frequência de cursos médios ou superiores a estudantes do arquipélago.

3. Investimentos

108. Teve-se em conta, para a cobertura escolar primária, o recenseamento escolar referente ao ano de 1965,

que acusou uma população de 31 553 crianças, discriminadas por ilhas, como segue:

Ilha de S. Vicente	4 465
Ilha de S. Nicolau	2 620
Ilha do Sal	420
Ilha de Santo Antão	5 069
Ilha da Boa Vista	574
Ilha de Maio	498
Ilha de Santiago	12 424
Ilha do Fogo	4 809
Ilha Brava	674
	31 553

Assim, conclui-se que devem ser construídos 97 edifícios escolares, sendo 65 do tipo P, ou seja, com uma sala de aula, 29 do tipo 2, isto é, com duas salas de aula, e 3 do tipo 4, quer dizer, com quatro salas de aula, o que perfaz 135 salas.

Para dotar estes novos edifícios escolares são necessários, numa primeira fase, 9 professores com o curso do magistério primário e 125 professores de posto escolar.

Pela insuficiência de instalações e devido à afluência escolar, que de ano para ano vem aumentando, necessita o Liceu de Adriano Moreira de:

Bloco de aulas especiais;
Ampliação das instalações;
Instalações para a Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina.

Considera-se também indispensável a ampliação da escola técnica.

2. Investigação não ligada ao ensino

109. Não havendo na província estabelecimentos de ensino universitário, as actividades de investigação circunscrevem-se ao âmbito não ligado ao ensino. Por outro lado, o estádio e as perspectivas mais favoráveis do desenvolvimento económico do arquipélago levam a concentrar os esforços a realizar nos domínios mais ligados à cartografia, à hidrologia, à investigação agrícola, aos estudos de biologia piscatória e de pesca exploratória e experimental e aos estudos geológicos. Além disso, houve que considerar as necessidades em matéria de estudos de base e de valorização de pessoal de formação universitária.

2.1. Cartografia

a) Cartografia geral

110. Torna-se necessário levar a efeito um levantamento geral das ilhas, à escala e com rigor indispensáveis, em que possam assentar outros empreendimentos, designadamente os que se relacionem com os estudos hidrológicos e o cadastro geométrico da propriedade rústica, para o que poderá utilizar-se, na medida do possível, a cobertura fotográfica disponível para quase todas as ilhas do arquipélago. A extensão da tarefa torna difícil realizá-la para todas as ilhas, sendo, por isso, indispensável estabelecer ordem de prioridades, de modo que, ao findar o III Plano de Fomento, já se disponha de tais instrumentos de trabalho relativamente às ilhas de maior importância.

b) Carta geológica

111. Embora existam já alguns trabalhos sobre a geologia do arquipélago, o que representa um apreciável contributo de valor para execução da sua cartografia geológica, o conhecimento dessa especialidade na província é ainda incompleto. São conhecidas apenas, com certo pormenor e permitindo já um esboço, as ilhas de S. Vicente e de Maio. As ilhas de Santiago, Sal, Boa Vista e Brava são mal conhecidas.

c) Hidrologia

112. Dada a importância dos recursos hidráulicos sobre as condições de vida e de actividade económica que se verificam nas ilhas, constituindo um dos mais importantes problemas de Cabo Verde, é fácil convir que se justifica a existência de um dispositivo afecto à investigação hidrológica e que possa contribuir para um aumento e uma mais racional utilização de um dos mais escassos recursos naturais do arquipélago, o que lhe confere preferência numa escala de prioridades.

2.2. Investigação aplicada à agricultura

a) Carta de solos

113. Revela-se conveniente completar e aprofundar a cartografia pedológica para efeito de um mais perfeito conhecimento das aptidões agrícolas do arquipélago.

b) Investigação básica

114. Os trabalhos de investigação de base visarão essencialmente a intensificação dos estudos de adaptação ao regadio dos vales de Santiago, onde se prevê ser possível impulso considerável ao seu potencial produtivo, assim como dos estudos de climatologia agrícola que aqueles se ligam.

A reconstituição das pastagens herbáceas visando as ilhas de Maio e Boa Vista, bem como os manejos de cultivos que originem produtos agrícolas susceptíveis de exportação em natureza ou depois de industrializados, como o tabaco, o ananás, o rícino, o coqueiro e a tamareira, são, por outro lado, tarefas que devem também constituir objecto de estudo.

2.3. Estudos de biologia piscatória e pesca experimental

115. Para entrar na fase inicial de realização do III Plano de Fomento, torna-se necessário, em primeiro lugar, a instalação de uma base em terra, onde os serviços possam ser montados de forma a oferecerem a eficiência que lhes vai ser exigida. Para tal será imprescindível a aquisição de todo o material e equipamento científico. Terá também de ser montado, logo de início, um pequeno laboratório em terra, destinado a apoiar os trabalhos de mar.

No âmbito dos trabalhos de mar a efectuar com base na província, está prevista a prospecção de uma área com o raio de aproximadamente 2000 milhas e centro no arquipélago. Essa tarefa consistirá, essencialmente, em trabalhos de pesca exploratória e experimental, indispensáveis ao estudo da pesca de tunídeos e das pescas pelágicas com redes envolventes (cerco). Haverá talvez a possibilidade de fazer deslocar a Cabo Verde o navio de estudos *Goa*.

O programa de pesquisas que se desenvolverá nos anos seguintes obriga a dispor de um barco com as características mais aconselhadas para o fim a alcançar, isto é, um *purse seiner/stern trawler* de 30 m a 32 m (100 pés), de aço, ou outro tipo equivalente.

2.4. Coordenação de investigação científica

116. Prevê-se que o Centro de Estudos — que é um órgão dependente da Junta de Investigações do Ultramar — possa actuar como pólo de convergência e coor-

denação de documentação técnica, económica e científica que interessem a Cabo Verde.

Não está, todavia, prevista a existência de qualquer quadro de pessoal investigador, ficando, pois, a acção a desenvolver condicionada em grande parte à colaboração que lhe possa ser prestada pelos organismos especializados da Junta de Investigações do Ultramar e de outras instituições nacionais, e tudo será função dos problemas concretos postos para estudo.

Mesmo assim, e dentro da modalidade sugerida, ser-lhe-ão proporcionados meios — através do Plano de Fomento — para a actividade que se propõe desenvolver.

De entre as atribuições do Centro de Estudos avulta a da promoção do aperfeiçoamento profissional, sobretudo no sentido de uma especialização do pessoal de formação universitária que presta serviço, de carácter não eventual, na província.

2.5. Estudos de base

117. Embora sejam muitas as lacunas a preencher quanto ao conhecimento e recolha de dados básicos, os pontos que adiante se relacionam são aqueles que parecem respeitar as questões de imediato interesse. São eles:

Melhoria da cobertura estatística pela centralização e aperfeiçoamento das estatísticas correntes e alargamento de operações estatísticas de base;

Obtenção de elementos meteorológicos de base para o estudo de eventual aproveitamento de formas de energia não clássicas, especialmente a solar;

Estudos sobre a população, particularmente nos aspectos ligados à sua nutrição e produtividade;

Estudos de natureza etnográfica, a promover pelos organismos especializados da Junta de Investigações do Ultramar.

Educação e investigação

Programa de investimentos

Empreendimentos	Custos
Educação	30 150
Ensino primário	22 850
Ensino liceal	4 100
Ensino técnico	2 600
Bolsas de estudo	600

Empreendimentos	Contos
Investigação ligada ao ensino	—
Investigação não ligada ao ensino	*40 450*
Cartografia geral	6 220
Hidrologia	3 000
Investigação aplicada à agricultura	10 600
Estudos de biologia piscatória e pesca experimental	17 230
Coordenação de investigação científica (Centro de Estudos)	2 400
Estudos de base	1 000
Total	**70 600**

XI) Habitação e urbanização

1. Objectivos e investimentos

Habitação

118. Segundo estudo levado a efeito pelo Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social, são as seguintes as necessidades de moradias económicas nos diversos concelhos da província:

	Fogos
Ribeira Grande	—
Paul	—
Porto Novo	350
S. Vicente	875
S. Nicolau	250
Sal	200
Boa Vista	100
Maio	80
Praia	895
Santa Catarina	300
Tarrafal	300
Fogo	160
Brava	150
	3 660

estimando-se o custo provável em cerca de 110 000 contos.

Prevêem-se, nas condições actuais de trabalho, a possibilidade da construção de 150 fogos por ano, sendo 40 na Praia, 40 em S. Vicente e os restantes 70 distribuídos pelos outros concelhos.

As necessidades de moradias para funcionários, excluindo a Praia e S. Vicente, por concelhos, são as que constam do seguinte mapa:

Concelhos	Funcionários com a categoria da letra Q ou superior	Funcionários com categoria inferior à da letra Q
Ribeira Grande	6	36
Paul	4	21
Porto Novo	2	12
S. Nicolau	7	11
Sal	4	4
Boa Vista	5	13
Maio	5	4
Santa Catarina	5	37
Tarrafal	4	12
Fogo	11	11
Brava	7	19
Total	60	180

Considera-se possível realizar este programa no período de 1968–1973.

Urbanização

119. De entre os problemas cuja solução está prevista neste sector, avulta o do abastecimento de água do Mindelo. É um dos empreendimentos de maior dimensão que se prevê na província de Cabo Verde. A técnica utilizada na estação de dessalinização, não sendo inédita, é contudo recente, não havendo no País qualquer experiência da indústria. Espera-se desta primeira realização obter uma proveitosa experiência e ensinamentos para futuras soluções de problemas semelhantes existentes no arquipélago.

Habitação e urbanização
Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Habitação	*42 000*
Construção de habitações económicas	27 000
Construção de moradias para funcionários	15 000
Urbanização	*60 300*
Abastecimento de água da cidade do Mindelo	48 500
Saneamento de centros urbanos	8 200
Subsídios às câmaras	600
Encargos gerais	3 000
Total	**102 300**

XII) Saúde e assistência

1. Evolução recente e problemas actuais

120. De acordo com as estatísticas dos serviços de saúde, a taxa de mortalidade tem diminuído sensìvelmente: de 18,3 por mil e 20,6 por mil, em 1953 e 1954, respectivamente, decaiu para 14,5 por mil em 1963 e 10,5 por mil em 1964, depois de ter acusado 11,9 por mil e 11,4 por mil em 1961 e 1962, respectivamente. Parece, assim, poder deduzir-se uma melhoria substancial do nível sanitário, devido aos progressos do sistema hospitalar e ao combate às endemias.

Registam-se, efectivamente, nos vários tipos de formações sanitárias, aumentos quantitativos e expansão dos serviços prestados à comunidade no período de 1953–1964. Os postos sanitários, fixos aumentaram de 12 (1953) para 18 (1964), os postos de consulta e tratamento passaram de 9 no primeiro ano considerado para 17 no último ano, o número de dispensários de puericultura triplicou, as enfermarias regionais passaram de 5 para 7, tendo sido criadas, em 1960, uma nova maternidade e uma nova enfermaria de lepra.

O número de crianças inscritas nos dispensários de puericultura aumentou de 1011 (1953) para 2712 (1964), isto é, de 168 por cento, enquanto o número de crianças falecidas baixou de 209 para 89, isto é, diminuiu de 58 por cento.

O paludismo está em franca regressão: de 286 e 175 óbitos registados em 1953 e 1954 passou-se para apenas 2 óbitos em 1964; já desapareceu completamente em várias ilhas.

Foram feitas vacinações pelo B. C. G. nas ilhas do Sal e S. Vicente. Entrou em funcionamento em 1960 uma brigada móvel de vacinação pelo B. C. G. e, até 1962, 78 por cento da população foi vacinada. Outras campanhas contra endemias foram realizadas com maior ou menor extensão.

Os três hospitais existentes na província dispõem de 380 leitos: Praia, 200; S. Vicente, 150, e Fogo, 30. As cinco enfermarias regionais dispõem de 39 leitos, dos quais 15 na de Santa Catarina (ilha de Santiago). Em conjunto, estavam disponíveis, em 1962, 419 camas, o que equivale a um leito hospitalar para 512 habitantes.

Os médicos que trabalhavam no sector oficial eram em número de 18 de 1953 a 1956, de 20 entre 1958 e 1961, e 21 em 1964.

Enquanto a população aumentou, entre 1953 e 1962, de 37,9 por cento, o pessoal médico e paramédico aumentou de 15,7 por cento no mesmo período.

Quanto à formação de pessoal paramédico, registam-se progressos apreciáveis na escola de enfermagem do hospital da Praia. Formaram-se, em 1962, 17 novos enfermeiros nesta escola e 21 na do hospital do Mindelo.

2. Objectivos

121. Os objectivos neste sector são:

a) O prosseguimento da luta contra as endemias através de campanhas sanitárias que visem, não só o combate a essas doenças, como também a divulgação de educação sanitária básica e a conquista da confiança das populações;

b) O desenvolvimento da rede dos serviços de saúde pelo espessamento da sua malha e pela melhoria progressiva dos estabelecimentos existentes;

c) A formação do pessoal sanitário dos vários níveis exigidos para o adequado funcionamento dos serviços.

3. Investimentos

122. Na selecção dos objectivos acima definidos teve-se em vista a acção específica dos Serviços de Saúde e Assistência, que continuará criteriosamente a desenvolver-se dentro de uma política geral de progresso económico e social desejado para a província. Por outro lado, não se pode deixar de sublinhar a repercussão benéfica que trarão aos problemas de saúde outras acções dentro dos programas para outros sectores, cuja influência na promoção da saúde é evidente, tais como os planos de habitação, de transportes e comunicações, de fomento agro-pecuário, educacionais e de saneamento básico.

a) Campanhas sanitárias

123. As directrizes gerais que deverão nortear toda a acção neste sector são as seguintes:

A acção principal a desenvolver em Cabo Verde, dentro de um programa de saúde a realizar nos anos mais próximos, deverá mostrar-se orientada no sentido da prevenção das doenças, tanto no âmbito da higiene pública (saneamento) como no que mais directamente incumbe aos serviços de saúde através da medicina preventiva.

A partir destas directrizes, prevêem-se como objectivos concretos de acção os seguintes:

Tuberculose:

1) Intensificação da profilaxia, resultante de uma campanha sanitária de carácter geral, com vista a educar as populações e a ensinar-lhes as regras basilares contra a doença;
2) Busca activa de doentes através de rastreios, designadamente radiofotográficos e bacteriológicos;
3) Funcionamento da conveniente assistência médico-cirúrgica aos enfermos.

Lepra. — Prosseguimento da campanha que vem sendo desenvolvida até completa extinção dos casos existentes.

Ancilostomíase:

1) Intensificação da campanha de *contrôle* que vem sendo realizada, designadamente nas mais ilhas meridionais;
2) Desparasitação de massa periódica, para esta e para outras verminoses, e paciente acção educativa das populações rurais, continuando ao mesmo tempo a proporcionar às massas populacionais sistemas simples e pouco onerosos, como retretes e fossas para dar destino adequado aos dejectos.

Malária. — Continuação da acção profiláctica contra o vector.

Dermatomicoses:

1) Prosseguimento dos estudos sobre a etiologia;
2) *Contrôle* da propagação destas infecções.

Vacinações. — Intensificação da vacinação antivariólica num ritmo que permita obter a protecção integral da população, com vista à erradicação da pestilência.

Protecção materno-infantil. — Visa-se fundamentalmente a criação escalonada de novos dispensários materno-infantis nas áreas onde eles não existam e o reequipamento e remodelação de alguns dos existentes que ofereçam escassos rendimentos, por forma a torná-los em órgãos mais activos, de finalidade essencialmente profiláctica.

Alimentação e nutrição. — Visa-se proporcionar aos grupos populacionais mais embrionários o equilíbrio nutritivo desejável

b) Assistência hospitalar

124. As directrizes gerais que deverão nortear toda a acção neste sector são as seguintes:

1) Continuação da construção de hospitais centrais e regionais, com vista à concentração de todos os meios técnicos adequados às suas funções, sem prejuízo de conclusão de obras em curso nos hospitais sub-regionais;
2) Promoção do estabelecimento de carreiras de médicos e de técnicos auxiliares e de condições para a sua fixação nos centros regionais;
3) Estruturação de uma rede de transportes de doentes com elementos do sistema hospitalar;
4) Prosseguimento da política de reapetrechamento hospitalar.

A partir destas directrizes prevêem-se os seguintes objectivos concretos de acção:

1) Hospital de S. Vicente;
2) Hospital da Ribeira Grande (Santo Antão);
3) Hospital do Sal;
4) Enfermaria para T. P. em S. Vicente;
5) Enfermaria para T. P. em Santa Catarina;
6) Hospital central da Praia;
7) Outras obras a fazer eventualmente.

c) Formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico

125. Enquanto as novas instituições do nosso país (escolas técnicas dos Serviços de Saúde e Assistência, tanto na metrópole como no ultramar, bem como a Escola Nacional de Saúde Pública) não principiarem a produzir profissionais do nível desejado, será preciso acudir às necessidades mais próximas, nomeadamente as que vão resultando do impulso concedido à máquina assistencial, e cuja rentabilidade máxima só pode esperar-se depois de devidamente dotada de pessoal capaz.

A partir desta directriz prevêem-se os seguintes objectivos concretos de acção:

1) Concessão de bolsas a médicos, para seguirem cursos de saúde pública, realizarem estágios de aperfeiçoamento ou tirarem especialidades clínicas, no território nacional ou estrangeiro;
2) Concessão de bolsas a pessoal técnico e administrativo, em geral, dos Serviços de Saúde e Assistência, para várias formas de aperfeiçoamento, em qualquer parte do território nacional;

3) Apoio ao ensino na escola técnica de enfermagem, sob as formas que forem julgadas mais convenientes;
4) Assalariamento de diplomados pela mesma escola, para estágios de adestramento nos hospitais ou noutras formações sanitárias da província.

Saúde

Programa de investimentos

Empreendimentos	Contos
Saúde	*60 000*
Campanhas sanitárias	18 000
Construções e instalações hospitalares	36 000
Formação e aperfeiçoamento de pessoal técnico	6 000
Assistência	—
Total	**60 000**

Programa de investimentos

Resumo por sectores

Sectores	Contos
Agricultura, silvicultura e pecuária	100 150
Pesca	267 500
Indústrias extractivas e transformadoras	17 000
Indústrias de construção e obras públicas	—
Melhoramentos rurais	36 000
Energia	23 800
Circuitos de distribuição	3 400
Transportes, comunicações e meteorologia	329 650
Turismo	7 800
Educação e investigação	70 600
Habitação e urbanização	102 300
Saúde	60 000
Total	1 018 200